

*Aprovação de votos Contra de
Coligação Conspiração*

*Agendar para a
reunião
2023/06/07*



POR O FUNCHAL SEMPRE À FRENTE

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

PRESTAÇÃO

DE CONTAS

CONSOLIDADAS

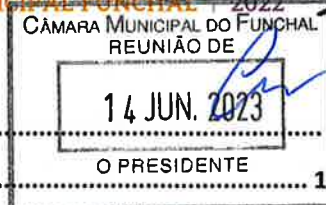
GRUPO MUNICIPAL FUNCHAL

2022



Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

funchal.pt



Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado	3
2. Demonstrações Orçamentais Consolidadas.....	18
2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.....	18
2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza.....	19
3. Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	20
3.1 Balanço Consolidado	20
3.2 Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas	21
3.3 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	22
3.4 Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	23
3.5 Anexo Consolidado às Demonstrações Financeiras.....	23
Nota 1 – Identificação do Grupo, período de Relato e Referencial Contabilístico	23
Nota 1.1 – Identificação do Grupo e período de relato	23
Nota 1.2 – Referencial contabilístico	25
Nota 2 – Principais políticas contabilísticas	27
Nota 2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	27
Nota 2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes	27
Nota 2.3 – Julgamentos	35
Nota 2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro	36
Nota 3 – Ativos intangíveis	36
Nota 4 – Acordos de concessão	37
Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis	37
Nota 6 – Locações	39
Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos	40
Nota 8 – Propriedades de investimento	41
Nota 9 – Imparidade de ativos	42
Nota 10 – Inventários	42
Nota 11 – Agricultura	43
Nota 12 – Contratos de construção	43
Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação	44
Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação	45
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	45
Nota 16 – Efeitos das alterações em taxas de câmbio	50
Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	50
Nota 18 – Instrumentos financeiros	51
Nota 18.1 – Ativos financeiros	51

18.2 Passivos financeiros	51
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	53
Nota 21 – Interesses em outras entidades	54
Nota 22 – Relato por segmentos	54
Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro	54

1. Relatório de Gestão Consolidado

Introdução



O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação legal instituída no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que "sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas" e, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, a prestação de contas elaborada e consolidada é aprovada pelos órgãos executivos e submetida à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte.

Ainda nos termos do n.º 1 do artigo 74º do mesmo diploma, compreende-se que "o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais" e refere, também, que "a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei."

A consolidação de contas no sector público surgiu como um elemento determinante para a melhoria da informação contabilística e relato financeiro, metodologia utilizada previamente no sector empresarial em geral. O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC – ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo. O SNC-AP é utilizado, agora, respetivamente às autarquias locais e às entidades reclassificadas em diversos países a nível internacional, com especial relevância na União Europeia.

A consolidação visa obter informação agregada das várias entidades, no nosso caso em particular, das empresas municipais e do município. O foco é o de elaborar a nível do grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro. Foram aplicados, ainda, os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo organizar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, permitindo, portanto, uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

O Grupo Municipal Funchal apresenta demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que é detentor de uma percentagem de controlo em todas as entidades incluídas no perímetro.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Entidades do Perímetro de Consolidação

O perímetro de consolidação ou grupo autárquico é constituído pelo Município e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, conforme estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013. As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas integram, para além das relativas ao Município do Funchal, as entidades dos perímetros de consolidação, enquadradas no conceito de entidades controladas, as empresas municipais Frente Marfunchal

– Gestão e Exploração de Espaços Públicos, e de Estacionamentos Públicos Urbanos do Funchal, E.M., e Sociohabitafunchal¹ – Empresa Municipal de Habitação E.M., doravante designadas por Frente Mar e Sociohabita.

A Frente Mar é uma empresa criada e detida a 100% pela Câmara Municipal do Funchal, constituída a 12 de janeiro de 2004. O seu objeto social consiste na gestão, conservação, construção, reparação, manutenção e ampliação dos complexos balneares, praias, jardins e passeios públicos marítimos do Funchal. Promove e realiza, igualmente, atividades de caráter lúdico, desportivo e cultural nos mesmos espaços, bem como a exploração de espaços públicos e a gestão dos estacionamentos públicos urbanos, no concelho do Funchal.

A Sociohabita é uma empresa criada e detida a 100% pela Câmara Municipal do Funchal, constituída em 23 de fevereiro de 2005, tem por objeto social a gestão e administração do património habitacional municipal dos centros comunitários, das oficinas de marcenaria, estofamento e música, da loja social e de outros equipamentos a ele afetos, bem como a promoção de habitação social no Município do Funchal.



O Município do Funchal participa em outras entidades não societárias, mas não detém controlo sobre nenhuma delas pelo que não são incluídas no seu perímetro de consolidação.

Método da Consolidação

O método utilizado é o da consolidação integral, que consiste na integração no Balanço e na Demonstração dos Resultados da entidade consolidante, o Município do Funchal. São apresentados ainda os respetivos elementos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas.

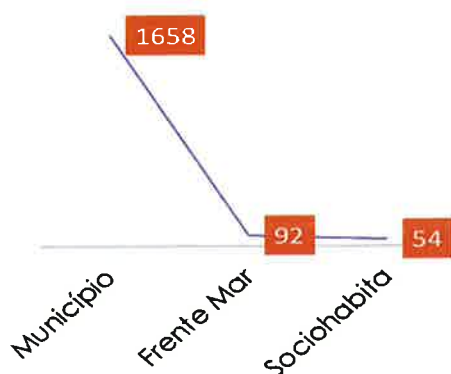
¹ Entidade reclassificada para efeitos de contas

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as três entidades alvo de consolidação.

Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades controladas nas contas consolidadas do Grupo Municipal Funchal, este documento, deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2022.

Relativamente ao quadro de pessoal, o peso das empresas representa 8,1% do total de colaboradores do grupo municipal, enquanto o Município contribui com os outros 91,9%.

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2022, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado.



Nº DE COLABORADORES		
Entidades	2022	Peso
Município	1658	91,91%
Frente Mar	92	5,10%
Sociohabita	54	2,99%
Total	1804	100,00%

Análise económico-financeira do Grupo Municipal

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

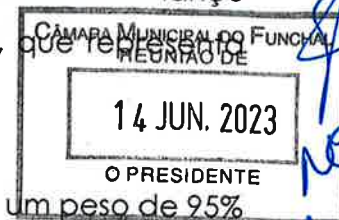
De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

O Balanço Consolidado retrata a estrutura económica, financeira e patrimonial do Grupo Autárquico, com referência à data do encerramento de um exercício. O Balanço decompõe-se no Ativo, que se constitui pelos ativos e direitos sobre terceiros que representa a aplicação de fundos, e no Passivo e Património Líquido, que representa a origem dos fundos.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe 99,90% do total apurado para o grupo autárquico.



Em 2022, o ativo das contas consolidadas do Grupo Municipal do Funchal atingiu 1.090 milhões de euros, doravante designado por "M€", que representa um aumento de 18,8M€ face ao ano anterior, 1,76%, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município do Funchal, entidade consolidante, em 1.089M€, que representa 99,9%.



Observando a estrutura do **Ativo**, verifica-se que o Ativo não Corrente tem um peso de 95% e o Ativo Corrente apenas de 5%, ambos face ao total do Ativo consolidado. Analisando as contas da entidade consolidante, constata-se, mais uma vez, a posição preponderante que o Município assume, responsável por aproximadamente 100% do Ativo não Corrente e do Ativo Corrente consolidado. Quanto ao acréscimo em caixa e depósitos é reflexo da variação ocorrida nas contas do Município do Funchal.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado - Ativo

Ativo	2022	Peso	2021	Peso	Varição
Ativo não corrente	1 032 870 122,40	94,7%	1 033 192 711,08	96,4%	-0,03%
Ativos fixos tangíveis	1 030 624 611,71	94,5%	1 031 130 279,06	96,2%	-0,05%
Ativos intangíveis	243 780,72	0,0%	55 000,62	0,0%	343,23%
Participações financeiras	1 961 766,00	0,2%	1 961 766,00	0,2%	0,00%
Outros Investimentos Financeiros	39 963,97	0,0%	45 665,40	0,0%	-12,49%
Ativo corrente	57 552 443,72	5,3%	38 357 988,28	3,6%	50,04%
Inventários	5 821,82	0,0%	4 619,26	0,0%	26,03%
Clientes, contribuintes e utentes	3 334 518,18	0,3%	4 835 385,24	0,5%	-31,04%
Estado e outros entes públicos	36 123,02	0,0%	11 215,77	0,0%	222,07%
Outras contas a receber	24 030 804,75	2,2%	22 913 474,68	2,1%	4,88%
Diferimentos	910 763,28	0,1%	1 411 331,40	0,1%	-35,47%
Caixa e depósitos	29 234 412,67	2,7%	9 181 961,93	0,9%	218,39%
Total do ativo	1 090 422 566,12	100,0%	1 071 550 699,36	100,0%	1,76%

O **Património Líquido** consolidado, evidencia o valor de 977M€, com total destaque para a conta de Património da entidade consolidante. De salientar que o Capital Social das consolidadas em 2022 foi de 0,4M€, que corresponde a 0,2M€ por empresa.

O Património Líquido regista um aumento no montante de cerca de 7,4€ resultante, fundamentalmente, da aplicação do resultado líquido positivo de 6,2M€.

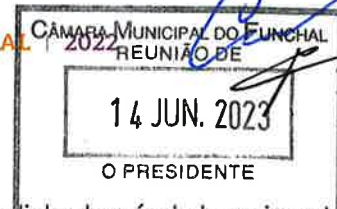
O **Resultado Líquido** consolidado regista um valor positivo de 6,2M€, o qual compreende os resultados líquidos de todas as empresas do grupo autárquico, importa mencionar que o

resultado líquido do Município do Funchal em 2022 foi positivo, em 5,9M€, e que as entidades que consolidam igualmente apresentaram resultados positivos em 2022.

Em relação ao **Passivo**, o peso no total dos Fundos Próprios e Passivo é de 10%, com um valor de 112,7M€, sendo constituído em 94,9M€ por passivo não corrente. Deste montante, 54,9M€ referem-se ao saldo de provisões e 17,8M€ aludem ao passivo corrente. Importa salientar que o passivo corrente reduziu em 0,9M€ face ao ano anterior, essencialmente, relacionado com redução de dívida do grupo Municipal, em relação ao passivo não corrente registou-se um acréscimo de 9,5M€, reflexo essencialmente do acréscimo do valor dos financiamentos obtidos, de 5,8M€, registando-se ainda um acréscimo de 3,7M€ em fornecedores, reflexo da celebração de um acordo com a Empresa de Eletricidade da Madeira, explicado nas contas individuais da entidade consolidante.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Fundos Próprios e Passivo

Património Líquido	2022	Peso	2021	Peso	Variação
Património Líquido	977 691 474,46	89,7%	970 323 289,85	90,6%	0,76%
Património/Capital	845 466 952,19	77,5%	845 466 952,19	78,9%	0,00%
Reservas	1 816 098,02	0,2%	1 814 761,48	0,2%	0,07%
Resultados transitados	9 626 695,78	0,9%	50 583 547,91	4,7%	-80,97%
Outras variações no património líquido	114 570 799,89	10,5%	112 732 088,52	10,5%	1,63%
Resultado líquido do período	6 210 928,58	0,6%	-40 274 060,25	-3,8%	-115,42%
Total Património Líquido	977 691 474,46	89,7%	970 323 289,85	90,6%	0,76%
Passivo					
Passivo não corrente	94 884 525,58	8,7%	82 486 532,75	7,7%	15,03%
Provisões	54 970 757,77	5,0%	52 170 101,78	4,9%	5,37%
Financiamentos obtidos	35 710 942,35	3,3%	29 938 672,08	2,8%	19,28%
Fornecedores	3 751 676,54				
Outras contas a pagar	451 148,92	0,0%	377 758,89	0,0%	19,43%
Passivo corrente	17 846 566,08	1,6%	18 740 876,76	1,7%	-4,77%
Credores por transf. e subs. não reembol.	43 150,39	0,0%	81 145,11	0,0%	-46,82%
Fornecedores	958 766,60	0,1%	1 373 455,61	0,1%	-30,19%
Estado e outros entes públicos	629 555,81	0,1%	386 582,52	0,0%	62,85%
Financiamentos obtidos	3 597 835,90	0,3%	3 972 259,44	0,4%	-9,43%
Fornecedores de investimentos	371 864,12	0,0%	127 100,27	0,0%	192,58%
Outras contas a pagar	11 814 654,09	1,1%	12 262 656,94	1,1%	-3,65%
Diferimentos	430 739,17	0,0%	537 676,87	0,1%	-19,89%
Total Passivo	112 731 091,66	10,3%	101 227 409,51	9,4%	11,36%
Total dos fundos próprios e passivo	1 090 422 566,12	100,0%	1 071 550 699,36	100,0%	1,76%



Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência alcançado em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

O Resultado Líquido é positivo em 6,2M€, formado pelos rendimentos de 2022, que foram de 110,1M€, para um nível de gastos de 103,9M€. Verifica-se face ao período homólogo um aumento nos rendimentos de 26% e uma redução nos gastos de 19%. Esta redução foi proveniente, essencialmente, das provisões em 2021 no valor de 29,8M€, sendo esta a variação mais significativa.

Da análise à estrutura dos gastos, numa primeira fase, constata-se que são os Gastos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos, Provisões e Gastos de Depreciação que mais contribuem para o total dos gastos, com uma representação de 83%.

Descrição	2022	2021	VARIÇÃO	
			€	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 655 935,29	6 588 021,07	67 914,22	1,0%
Fornecimentos e serviços externos	21 473 615,22	20 564 067,23	909 547,99	4,4%
Gastos com pessoal	39 829 890,63	41 576 633,47	-1 746 742,84	-4,2%
Transferências e subsídios concedidos	5 773 690,34	6 343 657,34	-569 967,00	-9,0%
Prestações sociais	3 303 534,04	2 985 689,10	317 844,94	10,6%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	63 428,73	100 847,38	-37 418,65	-37,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)		1 936 101,45	-1 936 101,45	-100,0%
Provisões (aumentos/reduções)	8 746 412,85	29 805 192,60	-21 058 779,75	-70,7%
Outros gastos	1 650 832,14	2 231 764,59	-580 932,45	-26,0%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	15 958 319,63	15 064 100,05	894 219,58	5,9%
Juros e gastos similares suportados	442 967,00	434 967,14	7 999,86	1,8%
Imposto sobre o rendimento	18 257,66	6 751,05	11 506,61	170,4%
Total dos gastos	103 916 883,53	127 637 792,47	-23 720 908,94	-18,6%

Da análise à estrutura dos Rendimentos é possível destacar a rubrica de Impostos e Taxas, dado que detém um maior peso no total dos rendimentos do grupo autárquico, 52%. Oriundos, essencialmente, dos rendimentos das contas individuais do Município, 57,2M€. O peso das empresas municipais no total dos Rendimentos é de 4%, pelo que as explicações a apensar aqui são as mesmas expostas no relatório das contas individuais.

No total dos Rendimentos assiste-se a um aumento de 26% quando comparado ao do ano anterior, relacionado, substancialmente, à receita de Imposto Municipal Sobre as Transações Onerosas de Imóveis.

Descrição	2022	2021	VARIÇÃO	
			€	%
Impostos, contribuições e taxas	57 125 747,00	43 009 696,36	14 116 050,64	32,8%
Vendas	9 940 886,62	8 993 430,52	947 456,10	10,5%
Prestações de serviços e concessões	14 901 997,01	13 089 326,68	1 812 670,33	13,8%
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 150 132,89	14 827 508,48	3 322 624,41	22,4%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	0,00	100,0%
Trabalhos para a própria entidade	354 872,41	565 429,68	-210 557,27	-37,2%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	477 904,20			
Provisões (reduções)	511 580,69			
Outros rendimentos	8 654 958,26	6 873 381,29	1 781 576,97	25,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	9 733,03	4 959,21	4 773,82	96,3%
Total dos rendimentos	110 127 812,11	87 363 732,22	22 764 079,89	26,1%

Situação Económica e Financeira Consolidada

Nos quadros abaixo são apresentados o Balanço e a Demonstração de Resultados, onde se pode verificar o contributo da atividade municipal por um lado, e do conjunto das empresas municipais por outro.

Rubricas do Balanço	Período 2022/01/01 - 2022/12/31				
	Município do Funchal	FreteMar Funchal e	Ajustamentos Consolidado	Consolidado Grupo Municipal	Peso Município
	A	B	C	D=(A+B+C)	A/D
ATIVO					
Ativo não corrente	1 032 982 052,40 €	322 236,07 €	-434 166,07 €	1 032 870 122,40	100%
Ativos fixos tangíveis	1 030 342 339,61 €	282 272,10 €		1 030 624 611,71	100%
Ativos intangíveis	243 780,72 €			243 780,72	100%
Participações financeiras	2 395 932,07 €		-434 166,07 €	1 961 766,00	122%
Outros Investimentos Financeiros		39 963,97 €		39 963,97	0%
Ativo corrente	56 271 360,61 €	1 281 083,11 €	0,00 €	57 552 443,72	98%
Inventários	1 576,22 €	4 245,60 €		5 821,82	27%
Clientes, contribuintes e utentes	3 202 435,64 €	132 082,54 €		3 334 518,18	96%
Estado e outros entes públicos	24 885,39 €	11 237,63 €		36 123,02	69%
Outras contas a receber	24 022 485,49 €	8 319,26 €		24 030 804,75	100%
Diferimentos	895 169,38 €	15 593,90 €		910 763,28	98%
Caixa e depósitos	28 124 808,49 €	1 109 604,18 €		29 234 412,67	96%
Total Ativo	1 089 253 413,01 €	1 603 319,18 €	-434 166,07 €	1 090 422 566,12	100%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património Líquido	977 691 474,46 €	434 166,07 €	-434 166,07 €	977 691 474,46	100%
Património/Capital	845 466 952,19 €	400 000,00 €	-400 000,00 €	845 466 952,19	100%
Reservas	1 761 825,81 €	54 272,21 €		1 816 098,02	97%
Resultados transitados	10 399 622,48 €	-149 772,50 €	-623 154,20 €	9 626 695,78	108%
Ajustamentos em ativos financeiros	-386 810,02 €		386 810,02 €	0,00	
Outras variações no património líquido	114 560 016,77 €	10 783,12 €		114 570 799,89	100%
Resultado líquido do período	5 889 867,23 €	118 883,24 €	202 178,11 €	6 210 928,58	95%
Total Património Líquido	977 691 474,46 €	434 166,07 €	-434 166,07 €	977 691 474,46	100%
PASSIVO					
Passivo não corrente	94 745 897,15 €	138 628,43 €	0,00 €	94 884 525,58	100%
Provisões	54 970 757,77 €			54 970 757,77	100%
Financiamentos obtidos	35 574 172,21 €	136 770,14 €		35 710 942,35	100%
Fornecedores	3 751 676,54 €			3 751 676,54	100%
Outras contas a pagar	449 290,63 €	1 858,29 €		451 148,92	100%
Passivo corrente	16 816 041,40 €	1 030 524,68 €	0,00 €	17 846 566,08	94%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	43 150,39 €			43 150,39	100%
Fornecedores	904 266,60 €	54 500,00 €		958 766,60	94%
Estado e outros entes públicos	457 769,67 €	171 786,14 €		629 555,81	73%
Financiamentos obtidos	3 535 058,95 €	62 776,95 €		3 597 835,90	98%
Fornecedores de investimentos	371 864,12 €			371 864,12	100%
Outras contas a pagar	11 323 305,64 €	491 348,45 €		11 814 654,09	96%
Diferimentos	180 626,03 €	250 113,14 €		430 739,17	42%
Total Passivo	111 561 938,55 €	1 169 153,11 €	0,00 €	112 731 091,66	99%
Total Património Líquido e Passivo	1 089 253 413,01 €	1 603 319,18 €	-434 166,07 €	1 090 422 566,12	100%

No quadro acima, o valor do Balanço individual do Município no ano de 2022, apresenta variações muito significativas relativamente ao Balanço consolidado do Grupo Municipal do Funchal, que representa cerca de 100% do ativo consolidado.

Rubricas da Demonstração de Resultados	Período 2022/01/01 - 2022/12/31				
	Município do Funchal	FreteMar Funchal e SocioHabilita	Ajustamentos Consolidação	Consolidado Grupo Municipal	Peso Município Funchal
	A	B	C	D=(A+B+C)	A/D
Impostos, contribuições e taxas	57 206 491,73 €	3 560,46 €	-84 305,19 €	57 125 747,00	100%
Vendas	9 940 894,62 €		-8,00 €	9 940 886,62	100%
Prestações de serviços e concessões	11 714 719,36 €	3 239 186,58 €	-51 493,93 €	14 902 412,01	79%
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 130 832,20 €	689 300,69 €	-670 000,00 €	18 150 132,89	100%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	118 883,24 €	0,00 €	-118 883,24 €	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	354 872,41 €			354 872,41	100%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-6 631 293,41 €	-24 641,88 €		-6 655 935,29	100%
Fornecimentos e serviços externos	-20 720 842,05 €	-804 730,19 €	51 957,02 €	-21 473 615,22	96%
Gastos com pessoal	-36 976 048,19 €	-2 853 842,44 €		-39 829 890,63	93%
Transferências e subsídios concedidos	-6 443 690,34 €		670 000,00 €	-5 773 690,34	112%
Prestações sociais	-3 303 534,04 €			-3 303 534,04	100%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-63 428,73 €			-63 428,73	100%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	484 082,22 €	-6 178,02 €		477 904,20	101%
Provisões (aumentos/reduções)	-8 595 226,05 €		360 393,89 €	-8 234 832,16	104%
Outros rendimentos	8 621 526,72 €	34 934,06 €	-1 917,52 €	8 654 543,26	100%
Outros gastos	-1 639 067,01 €	-58 200,21 €	46 435,08 €	-1 650 832,14	99%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	22 199 172,68 €	219 389,05 €	202 178,11 €	22 620 739,84 €	98%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-15 882 841,83 €	-75 477,80 €		-15 958 319,63	100%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	6 316 330,85 €	143 911,25 €	202 178,11 €	6 662 420,21	95%
Juros e rendimentos similares	9 733,03 €			9 733,03	100%
Juros e gastos similares suportados	-436 196,65 €	-6 770,35 €		-442 967,00	98%
Resultado antes de impostos	5 889 867,23 €	137 140,90 €	202 178,11 €	6 229 186,24	95%
Imposto sobre o rendimento		-18 257,66 €		-18 257,66	
Resultado líquido do período	5 889 867,23 €	118 883,24 €	202 178,11 €	6 210 928,58	95%

No quadro acima, verifica-se igualmente que a Demonstração de Resultados ano de 2022 das contas individuais do Município, apresenta variações muito significativas relativamente à Demonstração de Resultados do Grupo Municipal do Funchal, que representa cerca de 95% do Resultado Líquido do período.



Contabilidade de Gestão

A Norma de Contabilidade Pública NCP 27 – Contabilidade de Gestão passou a vigorar, para os Municípios, a partir de 2020, com o início da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Em 2022, introduziu-se, pela primeira vez, este ponto no Relatório de Gestão do consolidado.

A NCP 27 estabelece os princípios e requisitos mínimos para o desenvolvimento do subsistema de contabilidade de gestão, com vista à divulgação dos rendimentos, gastos e resultados.

A contabilidade de gestão destina -se a produzir informação relevante e analítica sobre custos e sempre que se justifique sobre os rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

No caso das autarquias locais devem ser obtidos mapas de informação que indiquem o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir), por cada:

- a) Bem produzido ou serviço prestado;
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos;

A contabilidade de gestão encontra-se implementada de forma, ainda, primária no Município. Está definido um plano de contas de contabilidade analítica e todos os lançamentos de gastos e ganhos são registados numa rubrica desse plano. No parque de máquinas e viaturas todas as intervenções nos equipamentos são averbadas em folhas de obra e cada equipamento tem uma conta de contabilidade de gestão associada.

O processo de implementação da NCP 27 continua a ser melhorado, para o futuro, com vista a definir critérios para a repartição dos custos indiretos e as chaves de repartição. Pretendemos garantir que a totalidade dos registos nas folhas de obra de máquinas e viaturas se refletem na contabilidade de gestão. Esta tarefa deverá ser efetuada num futuro próximo atendendo à sua importância.

Para cumprirmos os objetivos definidos na NCP 27 acima transcritos, nomeadamente apurar os custos diretos e indiretos dos bens produzidos e dos serviços prestados, pretende-se em 2023 criar uma equipa de trabalho com a responsabilidade pela supervisão e acompanhamento contínuo da contabilidade de gestão.

O conhecimento das potencialidades do módulo dedicado à contabilidade de gestão carece de ser aprofundado através de formação a obter em 2023, junto do fornecedor do software Medidata – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

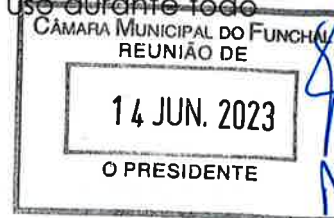
Foi possível ainda assim apresentar dois quadros com a distribuição dos custos por unidades orgânicas de primeiro nível (as que dependem diretamente da presidência) e pela classificação funcional em vigor, onde foram incluídos os gastos das entidades controladas pelo município; Frente Marfunchal e Sociohabitafunchal, respetivamente.

Os custos que não são possíveis de imputar a uma unidade orgânica específica encontram-se incluídos maioritariamente nas rubricas 1.1.1 Administração Geral, da classificação funcional e na unidade orgânica 'Órgãos da Autarquia'.

	Classificação funcional	Euros
1.1.1	Administração geral	18 750 480
1.2.1	Proteção civil	5 272 481
2.1.0	Educação	0
2.1.1	Ensino não superior	1 144 024
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	1 355 732
2.2.1	Serviços individuais de saúde	13 011
2.3.1	Segurança social	45 299
2.3.2	Ação social	3 782 961
2.4.1	Habituação	2 826 799
2.4.2	Ordenamento do território	2 476 165
2.4.3	Saneamento	1 997 052
2.4.4	Água	19 634 148
2.4.5	Resíduos sólidos	13 509 048
2.4.6	Proteção do ambiente e Natureza	6 538 081
2.5.0	Serv. Culturais, Recreat, Religiosos	0
2.5.1	Cultura	3 882 737
2.5.2	Desporto e lazer	4 600 451
2.5.3	Acti. cívicas e religiosas, outras	9
3.2.0	Indústria e energia	41 006
3.3.1	Transportes rodoviários	13 057 871
3.4.0	Comércio e turismo	0
3.4.1	Mercados e feiras	1 121 390
3.4.2	Turismo	183 476
4.1.0	Operações da dívida autárquica	1 800 542
4.2.0	Transferências entre administrações	1 884 121
	Total	103 916 884

A estrutura orgânica foi alterada durante o ano de 2022 e implementada, faseadamente, a partir do segundo semestre. A lista de departamentos no quadro seguinte corresponde à

orgânica publicada em 08/07/2019 da entidade consolidante onde se inclui a empresa Marfunchal e Sociohabitafunchal, pois foi a estrutura que esteve em vigor durante a maior parte do ano 2022, e também porque o plano de conta da analítica em uso durante todo o ano corresponde a esta estrutura orgânica.



Unidade orgânica	Euros
Órgãos da Autarquia	10 449 140
Dep RH e Mod Administ	4980501,06
Dep. Gestão Financeira Patrimonial	2318759,88
Dep. Infraestruturas e equipamentos	11419960,48
Dep. Ordenamento do Território	4114075,44
Dep Ambiente	14268102,2
Dep. Ciencia e Recursos Naturais	5779027,66
Dep Educação e Qualidade Vida	8729316,7
Dep Jurídico e Fiscalização	4505150,94
Aguas do Funchal	21631200,28
Dep Economia	5187602,53
S.M. Proteção Civil	478756,06
Bombeiros Sapadores Mun.	4793724,83
Div Auditoria Interna	202185,39
Unid Dem Participativa	20419,57
Sociohabita	2 826 799
FrenteMar	2 212 162
Total	103 916 884

A unidade orgânica "Órgãos da Autarquia" engloba a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, os gabinetes de apoio e o de comunicação. Engloba ainda todos os custos indiretos que não são possíveis de imputar às demais unidades, nomeadamente, gastos com provisões, eletricidade, seguros, encargos com cobrança de impostos, juros do serviço da dívida e transferências para as Juntas de Freguesia.

A função 2.4.4 – Águas, do Dep. Águas do Funchal, apresenta gastos superiores aos da classificação funcional 2.4.3 - Saneamento. Esta incongruência explica-se pelo facto deste departamento desenvolver, também, atividades de gestão das águas residuais.

Correspondência entre unidades orgânicas e classificação funcional:

Matriz com o contributo das unidades orgânicas para o total das funções

Valores expressos em milhões

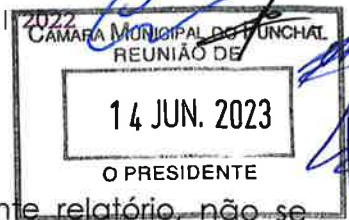
Função	Unidade Orgânica	Órgãos Autárquias	Dep. R. H. Mod Adm	Dep Gestão Fin Patr	Dep. Infraestr. Equip	Dep. Ord. Território	Dep Ambiente	Dep Ciência Rec Nat	Dep Educ Quai Vida	Dep Jurid. Fiscaliz.	Águas do Funchal	Dep Economia	S.M. Proteção Civil	Bombeiros Sap	Div Auxil Interna	Unid Dem Particip	Sociopública	FretesMar	Total por função
1.1.1	Administração geral	6,72	4,98	2,32						4,51						0,2	0,02		18,75
1.2.1	Proteção civil												0,479	4,794					5,27
2.1.1	Ensino não superior								1,144										1,14
2.1.2	Serviços aux. ensino								1,356										1,36
2.2.1	Serviços Ind. saúde								0,013										0,01
2.3.1	Segurança social								0,045										0,05
2.3.2	Ação social								3,783										3,78
2.4.1	Habituação																2,83		2,83
2.4.2	Orden. território					2,48													2,48
2.4.3	Saneamento										1,997								2,00
2.4.4	Água										19,63								19,63
2.4.5	Resíduos sólidos						13,51												13,51
2.4.6	Prot. ambiente Natureza						0,759	5,779											6,54
2.5.1	Cultura											3,883							3,88
2.5.2	Desporto e lazer								2,388									2,21	4,60
2.5.3	Acti. cívicas religiosas	0,00																	0,00
3.2.0	Indústria e energia	0,04																	0,04
3.3.1	Transportes rodoviários				11,42	1,64													13,06
3.4.1	Mercados e feiras												1,121						1,12
3.4.2	Turismo												0,183						0,18
4.1.0	Oper. dívida autárqu	1,80																	1,80
4.2.0	Transf. administraçõ	1,88																	1,88
	Total por unidade orgânica	10,45	4,98	2,32	11,42	4,11	14,27	5,78	8,73	4,51	21,63	5,19	0,48	4,79	0,20	0,02	2,83	2,21	103,92

Dívida do Grupo Municipal

Descrição do endividamento consolidado por natureza, de acordo com o seguinte mapa:

Dívidas a Terceiros	2022	Peso	2021	Peso
Dívidas a terceiros - Médio e Longo prazos	39 913 767,81	87,27%	30 316 430,97	83,62%
Dívidas a terceiros de curto prazo	5 821 780,56	12,73%	5 940 542,95	16,38%
Total das Dívidas a Terceiros	45 735 548,37	100,00%	36 256 973,92	100,00%

Os valores da dívida a terceiros incluem a dívidas a fornecedores, instituições financeiras, estado e outros entes públicos.



Acontecimentos após a data de balanço

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contudo e conforme referido na nota 2 do anexo "Pressupostos relativos ao futuro", em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia e criou uma guerra convencional em espaço europeu, sem precedentes desde a II Guerra Mundial. No entanto, até ao momento, não encontramos razões que coloquem em risco a continuidade do Grupo Municipal.

2. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Demonstração consolidada do desempenho orçamental							
Rubrica	Recebimentos	2022	2021	Rubrica	Pagamentos	2022	2021
	Saldo de Gerência anterior	7 965 698,26	10 894 428,11				
	Operações Orçamentais [1]	7 490 408,18	10 466 344,35				
	Devolução do saldo ope. Orçamentais	0,00	0,00				
	Recebimentos do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00				
	Operações de Tesouraria [A]	475 290,08	428 083,76				
	Recetta Corrente	101 651 578,80	89 770 734,05		Despesa corrente	73 518 665,37	84 676 632,78
R1	Receita fiscal	45 814 469,24	50 262 972,18	D1	Despesas com o pessoal	37 762 897,01	38 123 304,00
R1.1	Imposto direto	45 814 469,24	32 731 480,61	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	27 313 547,50	27 245 738,14
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	17 531 491,57	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 611 107,62	2 453 877,02
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	7 838 241,89	8 423 688,84
R3	Taxas, multas e outras penalidades	12 783 177,10	3 326 186,48	D2	Aquisição de bens e serviços	25 571 414,10	33 743 389,79
R4	Rendimentos de Propriedade	63 662,82	69 398,44	D3	Juros e outros encargos	404 605,59	449 439,94
R5	Transferências e subsídios correntes	19 052 924,83	14 745 716,28	D4	Transferências e subsídios correntes	9 030 410,81	11 000 873,56
R5.1	Transferências Correntes	19 052 924,83	14 745 716,28	D4.1	Transferências correntes	8 453 378,80	9 295 199,21
R5.1.1	Administrações públicas	19 050 574,83	14 745 716,28	D4.1.1	Administrações Públicas	1 281 598,34	1 514 616,14
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	19 007 762,92	14 685 077,50	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	15 461,70	30 923,40	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	697 350,21	29 715,38	D4.1.1.5	Administração Local	1 281 598,34	1 514 616,14
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 575 211,78	1 544 778,09
R5.1.3	Outras	2 350,00	0,00	D4.1.3	Famílias	5 441 491,40	5 343 186,50
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	155 077,28	892 618,48
R6	Venda de bens e serviços	23 905 788,52	20 880 526,13	D4.2	Subsídios correntes	577 032,01	1 705 674,35
R7	Outras Receitas correntes	31 556,29	485 934,54	D5	Outras Despesas correntes	749 337,86	1 359 625,49
	Receltas Capital	6 591 877,47	8 513 366,26		Despesas de capital	19 800 807,09	17 960 344,39
R8	Venda de bens de investimento	47 809,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	19 525 807,03	17 635 344,45
R9	Transferências e subsídios de capital	6 544 068,47	7 880 962,26	D7	Transferências e subsídios de capital	275 000,06	324 999,94
R9.1	Transferências de capital	6 544 068,47	7 880 962,26	D7.1	Transferências de capital	275 000,06	324 999,94
R9.1.1	Administrações públicas	6 503 498,18	7 470 889,07	D7.1.1	Administrações públicas	275 000,06	324 999,94
R9.1.1.1	Administração Central-Estado português	5 180 368,30	6 538 895,77	D7.1.1.1	Administração Central-Estado português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	567 690,98	67 604,09	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	755 438,90	864 389,21	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	275 000,06	324 999,94
R9.1.2	Exterior - EU	40 570,29	410 073,19	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de Capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	632 404,00	D7.2	Subsídios de Capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	48 757,75	13 528,20	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Recetta efetiva [2]	108 292 214,02	98 297 628,51		Despesa efetiva [5]	93 319 472,46	102 636 977,17
	Recetta não efetiva [3]	9 066 664,69	5 020 303,58		Despesa não efetiva [6]	11 602 475,49	3 656 891,09
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	8 004 093,38	2 462,28
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	3 598 382,11	3 654 428,81
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	124 849 286,89	113 784 276,44		Soma [7]=[5]+[6]	104 921 947,95	106 293 868,26
	Operações de Tesouraria [8]	578 399,46	868 758,43		Operações de tesouraria [C]	546 115,39	821 552,11
					Saldo para a gerência seguinte	20 434 913,09	7 965 698,26
					Operações Orçamentais [8]=[4]-[7]	19 927 338,94	7 490 408,18
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[8]-[C]	507 574,15	475 290,08
					Saldo global [2]-[5]	14 972 741,56	-4 339 348,66
					Despesa primária	92 914 866,87	102 187 537,23
					Saldo corrente	28 132 913,43	5 094 101,27
					Saldo de capital	-13 208 929,62	-9 446 978,13
					Saldo Primário	15 377 347,15	3 626 349,60
					Receita total [1]+[2]+[3]	124 849 286,89	113 784 276,44
					Despesa total [5]+[6]	104 921 947,95	106 293 868,26

Nota:

Em 2022, o saldo para a gerência seguinte era de 20.434.913,09€, o que divergiu do valor da rubrica Caixa e depósitos do Balanço Consolidado de 29.234.412,67€. Esta diferença de 8.799.499,58€ deve-se ao facto de 8.000.000,00€ se encontrarem aplicados num depósito a prazo nas contas individuais da entidade consolidante e de 799.499,58€ estarem registados em Caixa e depósitos da empresa municipal Frente Mar Funchal, não ser considerado na Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidada, por não integrar o perímetro de consolidação orçamental.

Em 2021, o saldo para a gerência seguinte era de 7.965.698,26€, o que divergiu do valor da rubrica Caixa e depósitos do Balanço Consolidado de 9.181.961,93€. A diferença de 1.216.263,67€ deve-se ao facto do montante registado em Caixa e depósitos da empresa municipal Frente Mar Funchal não ser considerado na Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidada por não integrar o perímetro de consolidação orçamental.

2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza							
Rubrica	Liquidações	2022	2021	Rubrica	Obrigações	2022	2021
	Receita Corrente	22 385 168,27	34 987 947,83		Despesa corrente	1 030 439,67	443 006,99
R1	Receita fiscal	0,00	13 530 001,37	D1	Despesas com o pessoal	456 655,29	81 621,46
R1.1	Impostos diretos	0,00	2 403,65	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	384 606,42	41 742,20
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	13 527 597,72	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	65 863,42	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	6 185,45	39 879,26
R3	Taxas, multas e outras penalidades	5 723 830,51	2 851 841,59	D2	Aquisição de bens e serviços	556 932,55	354 530,76
R4	Rendimentos de Propriedade	1 272,21	3 819,28	D3	Juros e outros encargos	50,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	5 020 008,00	5 162 508,00	D4	Transferências e subsídios correntes	13 269,50	5 435,55
R5.1	Transferências Correntes	5 020 008,00	5 162 508,00	D4.1	Transferências correntes	13 269,50	5 435,55
R5.1.1	Administrações públicas	0,00	5 162 508,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	5 020 008,00	5 020 008,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidade	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidade	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	142 500,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	7 114,50	4 000,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	6 155,00	1 435,55
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	11 584 984,88	13 296 882,35	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R7	Outras Receitas correntes	55 072,67	142 895,24	D5	Outras Despesas correntes	3 532,33	1 419,22
	Receitas Capital	18 656,00	18 656,00		Despesas de capital	1 144 326,02	166 278,15
R8	Venda de bens de Investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	1 144 326,02	166 278,15
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central-Estado português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central-Estado português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidade	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidade	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de Capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D7.2	Subsídios de Capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	654,60	404,60	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [1]	22 404 478,87	35 007 008,43		Despesa efetiva [4]	2 174 765,69	609 285,14
	Receita não efetiva [2]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [5]	0,00	1 282,34
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	1 282,34
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita total [3]=[1]+[2]	22 404 478,87	35 007 008,43		Despesa total [6]=[4]+[5]	2 174 765,69	610 567,48

3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

3.1 Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO			
PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		1 032 870 122,40	1 033 192 711,08
Ativos fixos tangíveis	5	1 030 624 611,71	1 031 130 279,06
Ativos intangíveis	3	243 780,72	55 000,62
Participações financeiras	21	1 961 766,00	1 961 766,00
Outros Investimentos Financeiros		39 963,97	45 665,40
Ativo corrente		57 552 443,72	38 357 988,28
Inventários	10	5 821,82	4 619,26
Clientes, contribuintes e utentes	9/18.1	3 334 518,18	4 835 385,24
Estado e outros entes públicos	18.1	36 123,02	11 215,77
Outras contas a receber	18.1	24 030 804,75	22 913 474,68
Diferimentos	23.1	910 763,28	1 411 331,40
Caixa e depósitos	1.2	29 234 412,67	9 181 961,93
Total Ativo		1 090 422 566,12	1 071 550 699,36
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		977 691 474,46	970 323 289,85
Património/Capital		845 466 952,19	845 466 952,19
Reservas		1 816 098,02	1 814 761,48
Resultados transitados	23.2	9 626 695,78	50 583 547,91
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		114 570 799,89	112 732 088,52
Resultado líquido do período		6 210 928,58	-40 274 060,25
Total Património Líquido		977 691 474,46	970 323 289,85
PASSIVO			
Passivo não corrente		94 884 525,58	82 486 532,75
Provisões	15	54 970 757,77	52 170 101,78
Financiamentos obtidos	7	35 710 942,35	29 938 672,08
Fornecedores		3 751 676,54	
Outras contas a pagar	18.2	451 148,92	377 758,89
Passivo corrente		17 846 566,08	18 740 876,76
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2	43 150,39	81 145,11
Fornecedores		958 766,60	1 373 455,61
Estado e outros entes públicos		629 555,81	386 582,52
Financiamentos obtidos	7	3 597 835,90	3 972 259,44
Fornecedores de investimentos	18.2	371 864,12	127 100,27
Outras contas a pagar	18.2	11 814 654,09	12 262 656,94
Diferimentos	23.1	430 739,17	537 676,87
Total Passivo		112 731 091,66	101 227 409,51
Total Património Líquido e Passivo		1 090 422 566,12	1 071 550 699,36



3.2 Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADO			
PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	23.3	57 125 747,00	43 009 696,36
Vendas	23.4	9 940 886,62	8 993 430,52
Prestações de serviços e concessões	23.5	14 902 412,01	13 089 326,68
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.6	18 150 132,89	14 827 508,48
Trabalhos para a própria entidade	23.7	354 872,41	565 429,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-6 655 935,29	-6 588 021,07
Fornecimentos e serviços externos	23.10	-21 473 615,22	-20 564 067,23
Gastos com pessoal	19	-39 829 890,63	-41 576 633,47
Transferências e subsídios concedidos	23.11	-5 773 690,34	-6 343 657,34
Prestações sociais	23.12	-3 303 534,04	-2 985 689,10
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	-63 428,73	-100 847,38
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	477 904,20	-1 936 101,45
Provisões (aumentos/reduções)		-8 234 832,16	-29 805 192,60
Outros rendimentos	23.8	8 654 543,26	6 873 381,29
Outros gastos	23.13	-1 650 832,14	-2 231 764,59
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		22 620 739,84	-24 773 201,22
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-15 958 319,63	-15 064 100,05
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		6 662 420,21	-39 837 301,27
Juros e rendimentos similares obtidos	23.9	9 733,03	4 959,21
Juros e gastos similares suportados	23.14	-442 967,00	-434 967,14
Resultado antes de impostos		6 229 186,24	-40 267 309,20
Imposto sobre o rendimento		-18 257,66	-6 751,05
Resultado líquido do período		6 210 928,58	-40 274 060,25

3.3 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		24 656 480,15	23 221 926,24
Recebimentos de contribuintes		54 784 373,36	47 939 538,09
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		19 226 994,50	14 796 714,35
Recebimentos de utentes		3 394 310,77	3 137 563,85
Pagamentos a fornecedores		-27 283 122,55	-35 307 344,26
Pagamentos ao pessoal		-38 852 551,64	-39 452 852,09
Pagamentos de transferências e subsídios		-7 648 618,85	-7 571 625,61
Pagamentos de prestações sociais		-1 762 116,62	-1 949 659,58
Caixa gerada pelas operações		26 515 749,12	4 699 760,99
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-2 065,42	-1 834,65
Outros recebimentos/pagamentos		-3 950 246,49	-1 873 535,37
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		22 563 437,21	2 824 390,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-14 773 997,53	-14 741 596,67
Pagamentos - Ativos intangíveis		-492 470,60	-475 997,22
Pagamentos - Investimentos financeiros		-5 634,43	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - ativos fixos tangíveis		55 459,00	
Recebimentos - Investimentos financeiros		66 240,90	54 493,58
Recebimentos - Subsídios ao investimento		5 015 862,18	6 730 614,37
Recebimentos - Transferências de capital		1 487 636,00	1 706 890,00
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		105,18	11,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-8 646 799,30	-6 725 584,36
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		9 066 664,69	5 020 303,58
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-2 770 727,48	-2 863 475,24
Pagamentos - Juros e gastos similares		-160 124,38	-37 479,49
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		6 135 812,83	2 119 348,85
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 181 961,93	10 963 806,47
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		29 234 412,67	9 181 961,93
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 181 961,93	10 600 824,16
Saldo da gerência anterior (SGA)		9 181 961,93	10 600 824,16
SGA De execução orçamental		8 706 671,85	10 172 740,42
SGA De operações de tesouraria		475 290,08	428 083,74
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		29 234 412,67	9 181 961,93
Equivalentes a caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	1.2	21 234 412,67	9 181 961,93
SGS De execução orçamental		20 726 838,52	8 706 674,85
SGS De operações de tesouraria		507 574,15	475 290,08

3.4 Demonstração Consolidado das Alterações no Patrimônio Líquido



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO														
PERÍODO														
2022/01/01 - 2022/12/31														
Designação	Notas	Patrimônio líquido atribuído aos detentores do Patrimônio líquido da entidade que controla												
		Capital / Patrimônio subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamento em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do patrimônio líquido	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		845 464 952,19				1 814 761,48	50 583 547,91				112 732 088,52	-40 274 040,25	970 323 289,85	970 323 289,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00		0,00	0,00	1 336,54	-40 956 852,13	0,00	0,00	1 838 711,37	40 274 040,25	1 157 256,03	1 157 256,03	
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico														
Alterações de políticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respectivas variações										1 838 644,57		1 838 644,57	1 838 644,57	
Transferências e subsídios de														
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	23.2					1 336,54	-40 956 852,13			66,80	40 274 040,25	-681 388,54	-681 388,54	
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												4 210 928,58	4 210 928,58	
RESULTADO INTEGRAL												46 484 988,83	7 348 184,61	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Substituições de capital/patrimônio														
Entradas para cobertura de Outras operações														
Substituições de prêmios de														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		845 464 952,19		0,00	0,00	1 816 098,02	9 626 695,78	0,00	0,00	114 570 799,89		4 210 928,58	977 691 474,44	977 691 474,44

3.5 Anexo Consolidado às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Identificação do Grupo, período de Relato e Referencial Contabilístico

Nota 1.1 – Identificação do Grupo e período de relato

Identificação do Grupo

A Entidade consolidante

- Designação: Câmara Municipal do Funchal
- NIPC: 511217315
- Natureza: Autarquia Local/ câmara municipal
- Endereço postal: Praça do Município do Funchal, 9004-512 - Funchal
- Telefone: 291 211 000
- Endereço de correio eletrónico: cmf@funchal.pt
- Sítio da internet: cm-funchal.pt
- Entidade com serviços de fiscalização: Auditor Externo nos termos do art.º 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Entidades incluídas na consolidação

Entidades participadas	Sede	Atividade Principal	Capital	% Controlo Direto	consolidação		Obs.
					Orçamental	Financelra	
MUNICÍPIO DO FUNCHAL	Praça do Município, Paços Concelho, 9004-512 Funchal	Administração Local			X	X	a)
SOCIOHABITAFUNCHAL - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E.M.	Rua 5 de Outubro, n.º 61, 9000-054 Funchal	Promoção do parque habitacional social do Município do Funchal, bem como a administração do património habitacional municipal, centros comunitários, oficina solidária e outras estruturas sociais, espaços comerciais, polidesportivos, hortas e outras áreas verdes envolventes, e outros equipamentos afetos ao património referenciado.	200.000,00€	100%	X	X	b)
FRENTE MARFUNCHAL - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, E DE ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS URBANOS DO FUNCHAL, E.M.	Passeio Público Marítimo, Ponta Gorda, 9000-758 Funchal	A gestão e conservação dos Complexos Balneares, Praias e Passeio Público Marítimo do Funchal, assim como a gestão dos estacionamento rotativos à superfície do Município do Funchal e dos parques de estacionamento do Lido e Mercado da Penteada.	200.000,00€	100%		X	b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município do Funchal

Entidades associadas não societárias

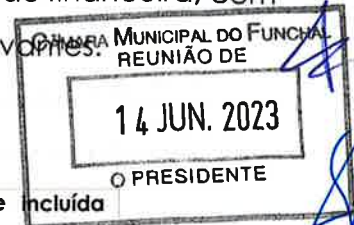
Entidades participadas	Tipo	Influência dominante
FAM-Fundo de Apoio Municipal	Entidade Não Societária	Não
APEL-Associação Editores e Livreiros	Entidade Não Societária	Não
APMCH-Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Entidade Não Societária	Não
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Entidade Não Societária	Não
Liga dos Bombeiros Portugueses-Confederação das Associações e Corpos de Bombeiros	Entidade Não Societária	Não
AMRAM-Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Entidade Não Societária	Não
AICE-Associação Internacional de Cidades Educadoras	Entidade Não Societária	Não
ICVM-Instituto Cidades e Vilas com Mobilidade	Entidade Não Societária	Não
APDA-Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas	Entidade Não Societária	Não
CLIA-Cruise Lines International Association	Entidade Não Societária	Não

O grupo municipal dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente rotinas de análise e controlo em conformidade com o previsto na sua Norma de Controlo Interno.

Como suporte ao sistema contabilístico, a autarquia adotou um sistema informático que integra diversas aplicações, sendo esta integrada na aplicação de suporte ao sistema contabilístico (SNC-AP (MEDIDATA)).

Handwritten signature

Para efeitos de reporte aos órgãos, são preparados resumos de informação financeira, com carácter trimestral, relativos aos indicadores financeiros considerados relevantes.



Grupo autárquico para efeitos de consolidação

Designação	NIPC	Entidade incluída na consolidação orçamental	Entidade incluída na consolidação financeira
SOCIOHABITAFUNCHAL, E.M.	511237880	Sim (entidade reclassificada para efeitos de contas)	Sim
FRENTEMARFUNCHAL, E.M.	511233744	Não	Sim

Responsáveis pelas demonstrações

Cargo/órgão	Nome	Demonstrações (Orçamentais e ou Financeiras)
Elaboração	Diretor do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial	Orçamentais e Financeiras
Apresentação e Divulgação	Órgão Executivo	Orçamentais e Financeiras
Aprovação	Órgão Executivo	Orçamentais e Financeiras

- Período de relato: 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022
- Legislação
 - o Regime financeiro

Lei 73/2013, de 3 de setembro

- o Regime jurídico

Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro

- Trabalhadores

O número total de trabalhadores do grupo Municipal a 31 de dezembro de 2022 era de 1804.

Nota 1.2 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira e respetivas alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

O grupo municipal aplicou todo o conjunto das NCP em 2022.

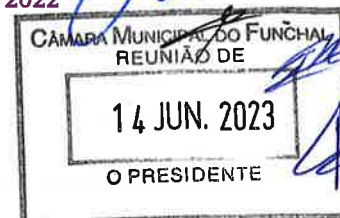
De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se a informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	8 838,22	8 337,37
Depósitos à ordem	20 776 333,82	8 798 022,67
Depósitos bancários à ordem	20 776 333,82	8 798 022,67
Outros depósitos	8 449 240,63	375 601,89
Depósitos a prazo	8 000 000,00	
Depósitos garantias e cauções	449 240,63	375 601,89
Total	29 234 412,67	9 181 961,93

Entidade Bancária	NÚMERO	Saldo Contabilístico	Movimentos não registados na entidade bancária		Movimentos não registados na contabilidade		Saldo Entid. Bancária
			Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	
Banco Comercial Português S.A	BCP-DEP_ORDEM-000000003503932 (Águas)	3 195 829,33 €	- €	120,00 €	6 958,67 €	39 636,09 €	3 228 626,75 €
Banco Comercial Português S.A	BCP-DEP_ORDEM-000000008566750 (Vencimento)	605 487,89 €	- €	- €	929,70 €	642,06 €	605 200,25 €
Banco Comercial Português S.A	BCP URBCOM 253635407	643 303,67 €	- €	- €	- €	- €	643 303,67 €
Banco Comercial Português S.A	0000045281408178	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Novo Banco S.A	Vencimentos - 243/56 955/000.5	480 526,13 €	- €	- €	360,01 €	59 894,08 €	540 060,20 €
Novo Banco S.A	SOLIDARIA P.E.F. 000839171542	483 667,39 €	- €	- €	- €	- €	483 667,39 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 328 466	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 354 850	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 355 820	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 330 794	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 341 464	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 346 120	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 337 002	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A Depósito Prazo	Depósito Prazo 100 757 34 4083	1 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 000 000,00 €
Novo Banco S.A	000740685987	5 425,91 €	- €	- €	3 559,55 €	- €	1 866,36 €
Novo Banco S.A	000740685987	197 105,99 €	- €	- €	- €	- €	197 105,99 €
Caixa Geral de Depósitos S.A	ÁGUAS 336/ 51092.130	600 021,63 €	- €	- €	146,25 €	11 988,56 €	611 863,94 €
Caixa Geral de Depósitos S.A	VENCIMENTOS 336/ 67368.530	368 514,86 €	- €	- €	3,80 €	- €	368 511,06 €
Caixa Geral de Depósitos S.A	DEPÓSITOS À ORDEM - 336/14.130	1 185 628,81 €	- €	- €	2 853,60 €	25 659,87 €	1 208 435,08 €
Caixa Geral de Depósitos S.A	CGD Oper. Tesouraria	51 341,47 €	- €	- €	- €	- €	51 341,47 €
Caixa Geral de Depósitos S.A	CGD PIT 2608183 044	9 924,92 €	- €	- €	- €	- €	9 924,92 €
Caixa Geral de Depósitos S.A	336107341930	2 776,19 €	- €	- €	- €	- €	2 776,19 €
Banco Santander Totta S.A	BST Águas (pt50001800080147761002073)	32 684,06 €	- €	- €	97,50 €	- €	32 586,56 €
Banco Santander Totta S.A	BST Dep.Ordem (pt50001800080147732102087)	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Banco Santander Totta S.A	BST DO (pt50001800080147744602089)	823 014,48 €	- €	- €	- €	8 104,55 €	831 119,03 €
Banco Santander Totta S.A	BST - I F A P (pt5000180008014822202056)	85,45 €	- €	- €	- €	- €	85,45 €
Banco Santander Totta S.A	BST 0018/01475606020	350 351,88 €	- €	- €	- €	- €	350 351,88 €
Caixa Económica Montepio Geral S.A	ÁGUAS - 040-10.011 754-4 (pt50003600409910011754471)	65 074,05 €	- €	- €	- €	- €	65 074,05 €
Caixa Económica Montepio Geral S.A	MG - FEDER III QCA (pt50003600409910039976136)	136 512,26 €	- €	- €	- €	2 254,98 €	138 767,24 €
Caixa Económica Montepio Geral S.A	MG - Programa Tecnológico (pt50003600409910045068927)	415 482,18 €	- €	- €	- €	- €	415 482,18 €
Banco Português de Investimento S.A	VENC. - 0-8 348 235 001 002	21 023,40 €	- €	- €	- €	5 321,74 €	26 345,14 €
Banco Português de Investimento S.A	5-3503206.000.002	309 303,35 €	- €	- €	844,97 €	- €	308 458,38 €
Banco Português de Investimento S.A	1-5151574-001-001	302 009,20 €	- €	- €	- €	120,00 €	302 129,20 €
Banco Santander Totta S.A	VENCIMENTOS - 23 240 192/001	654 708,65 €	- €	- €	- €	- €	654 708,65 €
Banco Santander Totta S.A	EMPRÉ.(1.000MC)40 077 949/001 (pt50001800004007794900105)	51 463,50 €	- €	- €	281,67 €	- €	51 181,83 €
Banco Santander Totta S.A	Funchal Solidário Incênd. 2016 (pt50001800034277759902010)	9 125 633,13 €	- €	- €	2 907,41 €	99 248,45 €	9 221 974,17 €
Banco Santander Totta S.A	TA5 - Cauções	449 240,63 €	- €	- €	- €	- €	449 240,63 €
Banco Santander Totta S.A	TA6 BST TURISMO PORTU GAL (pt50001800004007606400102)	63,40 €	- €	- €	- €	- €	63,40 €
Banco Santander Totta S.A	0008.01482768020	288 582,29 €	- €	- €	1 529,63 €	611,72 €	287 664,38 €
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo S.A	CA Conta n.º: 40317986962	370 688,35 €	- €	- €	146,36 €	190,53 €	370 732,52 €
PAYPAL		100,00 €	- €	- €	- €	- €	100,00 €
Total		29 225 574,45	0,00	120,00	20 619,12	253 672,63	29 458 747,96 €

O valor apresentado, em depósitos de garantias e cauções, respeita as retenções em numerário. Garante assim a boa execução dos contratos e dos procedimentos no âmbito das obras de urbanização e o seu licenciamento.



Nota 2 – Principais políticas contabilísticas

Nota 2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos, após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Nota 2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos Fixos Tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para alguns edifícios e outras construções, bem como para bens de domínio público (rede de águas, esgotos e viária), cuja vida útil foi calculado com base numa avaliação externa por peritos inscritos na CMVM.

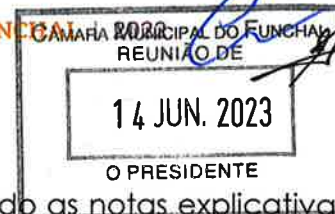
Os terrenos não são amortizáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados, utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos. O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado com a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.



Por não se considerarem materialmente relevantes e respeitando as notas explicativas ao plano de contas multidimensional, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo grupo municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a grupo municipal mantém o controlo quanto ao seu uso.

Locações:

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis:

Os ativos intangíveis adquiridos são registados na data do reconhecimento inicial ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação

de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano. Os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospectiva.

A imparidade dos ativos intangíveis é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento:

As propriedades de investimento são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e/ou valorizar o capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pelo grupo municipal.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

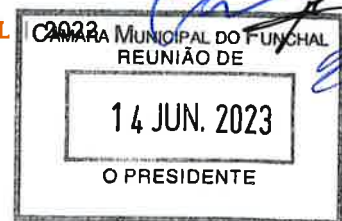
Investimentos financeiros:

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.



Diferimentos:

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber:

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber. A autarquia opta por manter o critério para constituição de imparidade a 100% do saldo para dívidas com antiguidade superior a seis meses, exceto para as dívidas relacionadas com rendas, cuja constituição de imparidade são rendas vencidas deduzidas do valor das cauções.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados por natureza, na rubrica de «Reversões de perdas por imparidade» e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

Inventários:

Por aplicação da Norma 10 Inventários, não são evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços do grupo municipal, por não ser materialmente relevante para o processo de produção.

Contratos de construção:

Quando o grupo municipal é contratado para construir equipamentos para a entidade contratante, reconhece os rendimentos desse contrato em função da execução física da respetiva obra, efetuando os respetivos diferimentos ou acréscimos de rendimentos.

Se o grupo municipal estabelecer um protocolo que implique um subsídio para a totalidade da construção de um equipamento que será titulado pela entidade concedente do subsídio, reconhece esse protocolo como contrato de construção nos termos do parágrafo anterior.

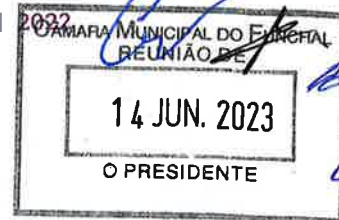
Sempre que um contrato de construção se verifique como oneroso é registada a respetiva provisão.

Financiamentos obtidos:

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, o que inclui encargos financeiros, calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.



Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o grupo municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões:

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais em curso, não transitadas em julgado e apuradas com base em relatório dos mandatários dos processos do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Outras variações de capitais próprios:

Inclui-se nesta rubrica, essencialmente, o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2021), referentes a investimentos já concluídos e reconhecidos em resultados, na medida em que se deprecia o bem para o que se destina o apoio.

Rendimentos:

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

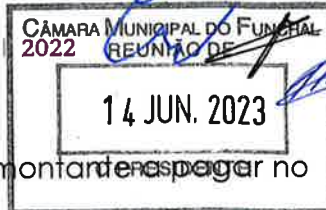
Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.



Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares:

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes:

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que o grupo municipal cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Nota 2.3 – Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são utilizadas estimativas e pressupostos que podem afetar a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são revistos e validados periodicamente e baseiam-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo-se as expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em

que as estimativas são baseadas no resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2021 e 2020 incluem testes de imparidade realizados aos ativos e registo de perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme preconizado na NCP2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

Nota 2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Autarquia, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data de relato que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período e alvo de divulgação no presente Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador assim como propriedade industrial e intelectual.

A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
REUNIÃO DE
14 JUN. 2023
O PRESIDENTE

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO ANO											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada Inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	55 000,62 €	266 995,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-78 215,69 €	0,00 €	0,00 €	243 780,72 €
A11	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação	17 865,94 €	266 995,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-67 346,99 €	0,00 €	0,00 €	217 514,74 €
A15	Propriedade Industrial e Intelectual	37 134,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-10 868,70 €	0,00 €	0,00 €	26 265,98 €
A16	Outros										
A17	Ativos Intangíveis em curso										
TOTAL	TOTAL	55 000,62 €	266 995,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-78 215,69 €	0,00 €	0,00 €	243 780,72 €

Detalham-se no quadro seguinte as adições ocorridas em ativos intangíveis:

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis	0,00 €	266 995,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	266 995,79 €
A11	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	266 995,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	266 995,79 €
A15	Propriedade Industrial e Intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos Intangíveis em curso										
TOTAL	TOTAL	0,00 €	266 995,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	266 995,79 €

Não ocorreram diminuições em ativos intangíveis.

Nota 4 – Acordos de concessão

Atualmente o grupo municipal não tem em vigor acordos de concessões.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

As variações ocorridas em ativos fixos tangíveis, resumem-se no seguinte quadro:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO ANO											
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	759 126 581,54 €	6 035 932,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-10 551 973,63 €	0,00 €	-79 035,08 €	754 531 504,97 €	
Terrenos e recursos naturais	99 675 604,93 €	47 632,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99 723 237,43 €	
Edifícios e outras construções	1 428 847,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-89 512,84 €	0,00 €	0,00 €	1 339 334,33 €	
Infraestruturas	649 079 198,53 €	58 152,51 €	3 519 170,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-10 456 346,19 € a)	0,00 €	-79 035,08 €	642 121 140,43 €	
Património histórico, artístico e cultural	441 770,64 €	6 425,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 114,60 €	0,00 €	0,00 €	442 081,04 €	
Outros											
Bens de domínio público em curso	8 501 160,27 €	5 923 722,13 €	-3 519 170,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 905 711,74 €	
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis	272 003 697,51 €	9 431 568,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 342 158,92 €	0,00 €	0,00 €	276 093 106,73 €	
Terrenos e recursos naturais	57 509 120,49 €	0,00 €	12 989,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 307,24 €	0,00 €	0,00 €	57 519 802,69 €	
Edifícios e outras construções	203 719 524,97 €	10 205,32 €	506 630,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 533 539,74 € b)	0,00 €	0,00 €	200 702 821,30 €	
Equipamento básico	3 087 626,99 €	333 440,92 €	792 809,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-624 008,79 €	0,00 €	0,00 €	3 589 869,05 €	
Equipamento de transporte	845 084,03 €	3 845 746,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-689 496,81 €	0,00 €	0,00 €	4 001 333,29 €	
Equipamento administrativo	553 262,97 €	690 981,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-316 463,07 € c)	0,00 €	0,00 €	927 781,79 €	
Equipamentos biológicos											
Outros	752 258,58 €	504 610,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-176 343,27 € d)	0,00 €	0,00 €	1 080 525,38 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	5 536 819,48 €	4 046 583,87 €	-1 312 430,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 270 973,23 €	
TOTAL	1 031 130 279,05 €	15 467 500,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-15 894 132,55 € *	0,00 €	-79 035,08 €	1 030 624 611,71 €	

*Observações:

- a) Inclui 6.849,53€ de depreciações de anos anteriores
- b) Inclui 7.813,91€ de depreciações de anos anteriores
- c) Inclui 126163€ de regularização depreciações em anos anteriores
- d) Inclui 626,80€ de depreciações de anos anteriores

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		5 988 299,64 €			47 632,50 €						6 035 932,14 €
Terrenos e recursos naturais		0,00 €			47 632,50 €						47 632,50 €
Edifícios e outras construções		0,00 €									0,00 €
Infraestruturas		58 152,51 €									58 152,51 €
Património histórico, artístico e cultural		6 425,00 €									6 425,00 €
Outros											0,00 €
Bens de domínio público em curso		5 923 722,13 €									5 923 722,13 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		9 431 568,14 €			0,00 €						9 431 568,14 €
Terrenos e recursos naturais		0,00 €									0,00 €
Edifícios e outras construções		10 205,32 €									10 205,32 €
Equipamento básico		333 440,92 €									333 440,92 €
Equipamento de transporte		3 845 746,07 €									3 845 746,07 €
Equipamento administrativo		690 981,89 €									690 981,89 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		499 735,07 €									499 735,07 €
Ativos fixos tangíveis em curso		4 051 458,87 €									4 051 458,87 €
TOTAL		15 419 867,78 €			47 632,50 €						15 467 500,28 €

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
REUNIÃO DE
14 JUN. 2023
O PRESIDENTE

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES							
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Outras	Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação			
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €					-79 035,08 €	-79 035,08 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €					-79 035,08 €	-79 035,08 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Infraestruturas							
Património histórico, artístico e cultural							
Ativos fixos em concessão em curso							
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Equipamento de transporte	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Equipamentos biológicos	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €					0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €					0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €					-79 035,08 €	-79 035,08 €

Nota 6 – Locações

No mapa seguinte apresentam-se os principais contratos de locação operacional onde a autarquia é locatária:

Bens Locados	Valor do contrato*	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros Pagamentos Mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Equipamento informático	197 460,00	85 670,07		85 670,70		90 828,39	64 402,74		155 231,13
Software	505 698,54	205 650,74		616 952,22					213 410,83
Equipamento de transporte	968 868,00	311 881,74		968 608,13		213 410,83			10 815,30
Equipamento de transporte	160 519,68	64 264,20		185 018,71		10 815,30			48 593,94
Equipamento de transporte	52 850,40	15 242,54		15 885,55		24 414,90	24 179,04		
Total	1 885 396,62	682 709,29	0,00	1 872 135,31	0,00	339 469,42	88 581,78	0,00	428 051,20

* valor sem IVA

No âmbito da sua atividade a autarquia aloca diversos bens que pela natureza das operações são consideradas locações operacionais. No mapa seguinte apresentam-se os principais contratos.

Informação no ANEXO I – Locações Operacionais, poderá ser consultado nas contas individuais do Município.

Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados.

Identificação do empréstimo		Corrente			Não corrente -	Total do valor do contrato
N.º do contrato	Nome da instituição	Capital vencido	Capital a vencer em	Total	Capital a vencer após N+1	
3200495395650	Banco Santander Totta S.A.		280 960,97	280 960,97	3 652 492,57	5 057 297,38
003200495726340	Banco Santander Totta S.A.		1 826 399,10	1 826 399,10	9 131 995,41	18 263 990,91
DR-MO.0607.2019	Caixa Cental de Crédito Agrícola Mútuo, CRL		0,00	0,00	6 723 535,23	7 130 128,00
2000.11.0104.2.00.2	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		0,00	0,00	0,00	849 512,28
2000.11.0100.2.00.1	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		0,00	0,00	0,00	434 632,54
2000.11.0119.2.00.8	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		12 865,46	12 865,46	32 384,19	270 827,31
2000.11.0120.2.00.5	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		18 431,71	18 431,71	55 683,13	376 382,11
2000.11.0113.2.00.1	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		5 950,72	5 950,72	17 977,45	126 490,16
9015.006274.491	Caixa Geral de Depósitos		468 806,11	468 806,11	356 226,29	4 500 397,02
9015.000533.787.001	Caixa Geral de Depósitos		78 964,37	78 964,37	361 583,98	1 850 350,06
9015.002291.687.001	Caixa Geral de Depósitos		90 756,18	90 756,18	419 045,48	2 116 196,08
9015.000641.487.002	Caixa Geral de Depósitos		67 480,80	67 480,80	311 576,90	1 517 878,32
9015.000641.487.003	Caixa Geral de Depósitos		24 067,54	24 067,54	111 126,27	541 362,90
9015.000641.487.004	Caixa Geral de Depósitos		17 748,31	17 748,31	84 839,65	371 483,37
9015.001138.887.001	Caixa Geral de Depósitos		11 337,17	11 337,17	5 699,82	210 107,46
9015.001138.887.002	Caixa Geral de Depósitos		6 733,99	6 733,99	6 783,50	125 457,12
9015.000642.287.001	Caixa Geral de Depósitos		60 156,48	60 156,48	370 289,15	1 442 018,40
9015.005056.891	Caixa Geral de Depósitos		0,00	0,00	0,00	2 170 304,00
2547.000967.591	Caixa Geral de Depósitos		378 499,50	378 499,50	6 055 992,00	7 569 990,00
2547.001056.891	Caixa Geral de Depósitos		112 785,46	112 785,46	3 646 729,72	5 977 500,00
2547.001092.491	Caixa Geral de Depósitos		73 115,08	73 115,08	2 364 054,49	5 497 978,42
9015.008282.6.91	Caixa Geral de Depósitos		62 776,95	62 776,95	136 770,14	199 547,09
CA5000M	Crédito Agrícola			0,00	1 804 755,02	5 000 000,00
2547.001234.991	Caixa Geral de Depósitos			0,00	61 401,96	3 000 000,00
	Total	0,00	3 597 835,90	3 597 835,90	35 710 942,35	74 599 830,93

14 JUN. 2023

o PRESIDENTE

Identificação do empréstimo		Capital em dívida						
N.º do contrato	Nome da instituição	Vencido até 31.12.2022	A vencer até 31.12.2026	A vencer até 31.12.2031	A vencer até 31.12.2036	A vencer até 31.12.2041	A vencer até 31.12.2041	Total
3200495395650	Banco Santander Totta S.A.		1 123 843,86	1 404 804,83	1 404 804,85			3 933 453,54
003200495726340	Banco Santander Totta S.A.		7 305 596,40	3 652 798,11				10 958 394,51
DR-MO.0607.2019*	Caixa Cental de Crédito Agrícola Mútuo, CRL Instituto da Habitação e da Reabilitação Urban, IP		1 176 618,67	1 176 618,67	1 176 618,67	1 176 618,67	2017060,55	6 723 535,23
2000.11.0119.2.00.8	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		45 249,65					45 249,65
2000.11.0120.2.00.5	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		74 114,84					74 114,84
2000.11.0113.2.00.1	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP		23 928,17					23 928,17
9015.006274.491	Caixa Geral de Depósitos		825 032,40					825 032,40
9015.000533.787.0019	Caixa Geral de Depósitos		318 876,33	121 672,02				440 548,35
9015.002291.687.0019	Caixa Geral de Depósitos		368 162,92	141 638,74				509 801,66
9015.000641.487.0027	Caixa Geral de Depósitos		273 743,69	105 314,01				379 057,70
9015.000641.487.0035	Caixa Geral de Depósitos		97 632,77	37 561,04				135 193,81
9015.000641.487.0043	Caixa Geral de Depósitos		74 102,25	28 485,71				102 587,96
9015.001138.887.0019	Caixa Geral de Depósitos		17 036,99					17 036,99
9015.001138.887.0027	Caixa Geral de Depósitos		13 517,49					13 517,49
9015.000642.287.0019	Caixa Geral de Depósitos		244 628,97	185 816,66				430 445,63
2547.000967.591	Caixa Geral de Depósitos		1 513 998,00	1 892 497,50	1 892 497,50	1 135 498,50		6 434 491,50
2547.001056.891*	Caixa Geral de Depósitos		1548035,68	1990331,6	221 147,92			3 759 515,18
2547.001092.491*	Caixa Geral de Depósitos		461 086,13	658 694,48	658 694,48	658 694,49		2 437 169,58
2547.001234.991	Caixa Geral de Depósitos		61 401,96					61 401,96
9015.008282.6.91	Caixa Geral de Depósitos		199547,09					199 547,09
CA5000M*	Crédito Agrícola		341 440,15	487 771,64	487 771,64	390 217,32	97554,26	1 804 755,01
	Total	0,00	16 107 594,41	11 884 004,99	5 841 535,06	3 361 028,98	2 114 614,81	39 308 778,25

Nota 8 – Propriedades de investimento

O grupo municipal atualmente não tem em vigor propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros

31/12/2021

Ativo	Natureza (ativo gerador de caixa, ativo não gerador de caixa)	Quantia bruta	Imparidade acumulada			Quantia Recuperável	Modelo utilizado	
			Imparidade acumulada a 1.1.2022	Varição	Imparidade acumulada a 31.12.2022		Justo Valor	Valor de uso
Clientes	Ativo gerador de caixa	34 409 397,30	32 969 006,03	-3 394 993,97	29 574 012,06	4 835 385,24		
Total		34 409 397,30	32 969 006,03	-3 394 993,97	29 574 012,06	4 835 385,24		

31/12/2022

Ativo	Natureza (ativo gerador de caixa, ativo não gerador de caixa)	Quantia bruta	Imparidade acumulada			Quantia Recuperável	Modelo utilizado	
			Imparidade acumulada a 1.1.2022	Varição	Imparidade acumulada a 31.12.2022		Justo Valor	Valor de uso
Clientes	Ativo gerador de caixa	22 478 452,85	29 074 613,19	-9 930 678,52	19 143 934,67	3 334 518,18		
Total		22 478 452,85	29 074 613,19	-9 930 678,52	19 143 934,67	3 334 518,18		

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2022	2021
Clientes, contribuintes e utentes	477 904,20	-1 936 101,45
Total	477 904,20	-1 936 101,45

Nota 10 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	4 832,46		4 832,46
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	989,36		989,36
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
TOTAL	5 821,82	0,00	5 821,82



Rubrica	Quantia escriturada Inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final	
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários		Outros aumentos de Inventários
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		(7)
Mercadorias		6 657 070,66	6 655 868,10						4 832,46
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		67,19	67,19						989,36
Produtos acabados e Intermedios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
Total		6 657 137,85	6 655 935,29						5 821,82

Imparidade de Inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	2022
Em inventários	63 428,73
Total	63 428,73

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável

Nota 12 – Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Vendas	9 940 894,62		4 477 054,24	4 675 433,55	
Água	8 989 332,24		2 672 108,54	2 586 760,44	
Outras mercadorias	14 838,28		114,25	106,66	
Produtos acabados e intermédios	920 195,64		1 804 479,66	2 088 544,55	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	16 528,46		351,79	21,90	
Prestação de serviços	14 902 412,01		4 708 192,61	3 791 892,81	
Saneamento	705,47		3 940,21	4 202,82	
Resíduos Sólidos	5 220 946,24		2 091 312,62	2 084 303,57	
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	65 527,65		51 174,74	60 281,98	
Trabalhos por Conta de Particulares	56 412,68		25 482,69	24 924,16	
Cemitérios	585 599,29		134 338,75	121 735,03	
Parques de Estacionamento	825 945,57		335 901,33	14 019,34	
Serviços Sociais	13 460,00		110,00	880,00	
Serviços Culturais	50 670,12		7 284,42	4 977,56	
Vistorias e ensaios	15 011,79		1 155,12	968,71	
Aluguer de equipamentos	2 515 602,44		541 555,93	536 608,53	
Arrendamentos	888 003,40		0,00	0,00	
Outros serviços	4 664 527,36		1 515 936,80	938 991,11	
Rendimentos da propriedade	48 695,70		0,00	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	354 872,41		0,00	0,00	
Ativos fixos tangíveis	354 872,41		0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	1 030 846,36		8 352,20	4 751,90	
Ganhos em inventários	332,34		0,00	0,00	
Alienações Ativos fixos tangíveis	40 450,00		0,00	0,00	
Sinistros	3 815,12		2 002,13	4 161,90	
Outros rendimentos	976 515,87		6 350,07	590,00	
Juros, dividendos e outros rendimentos simulares	9 733,03		0,00	0,00	
Total	26 277 721,10		9 193 599,05	8 472 078,26	

14 JUN. 2023

Adiantamentos

recebidos

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	20 369 273,03	0,00	-76,72	1 827,93
Derrama	0,00		1,69	59,07
Imposto municipal sobre imóveis	17 278 692,43		-84,90	1 682,73
Imposto único de circulação	3 083 764,41		6,49	86,13
Outros	6 816,19		0,00	0,00
Impostos indiretos	33 378 069,06	0,00	3 486 100,76	2 168 874,16
Loteamentos e Obras	985 646,47		11 527,64	-496,00
Ocupação da Via Pública	684 845,10		434 892,54	566 089,42
Publicidade	475 037,50		429 372,76	578 928,66
Saneamento	2 982 541,64		853 740,34	861 476,75
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	41 847,38		100,00	100,00
Imposto sobre o Ruído	42 258,18		14 637,06	24 723,77
Outros impostos indiretos específicos	2 764 797,97		1 741 254,70	137 974,84
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas	25 305 361,87		575,72	76,72
Outros impostos indiretos	95 732,95		0,00	0,00
Taxas	2 406 740,99	0,00	423 548,40	460 273,31
Mercados e feiras	115 020,01		43 515,18	42 054,33
Loteamentos e obras	350 857,99		1 223,44	6 903,24
Ocupação da via pública	153 166,18		99 028,62	117 031,78
Saneamento	1 614 020,93		276 521,36	291 142,89
Licença sobre o ruído	357,38		1 577,96	675,99
Outras	173 318,50		1 681,84	2 465,08
Multas e outras penalidades	971 663,92	0,00	61 512,19	30 795,36
Juros de mora	539 997,74		54 776,80	27 197,87
Coimas e penalidades por contraordenações	38 404,41		3 327,85	1 311,81
Outras multas e penalidades	393 261,77		3 407,54	2 285,68
Transferências sem condições	18 096 363,01	0,00	0,00	0,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8 935 598,00		0,00	0,00
Fundo Social Municipal (FSM)	2 112 991,00		0,00	0,00
Participação no IRS	6 831 184,00		0,00	0,00
Outras	185 666,61		0,00	0,00
Administração Regional	0,00		0,00	0,00
Segurança Social	30 923,40		0,00	0,00
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables		5 048 312,92	0,00	0,00
Transferências com condições	40 570,29		0,00	0,00
Projetos co-financiados	40 570,29		0,00	0,00
Subsídio sem condição	4 425 179,81	0,00	0,00	0,00
Administração Regional	13 199,59		0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 411 980,22		0,00	0,00
Subsídio com condição	30 821,58		0,00	0,00
Restituição de impostos	0,00		0,00	0,00
Outros	30 821,58		0,00	0,00
Doações obtidas		66,80	0,00	0,00
Reversões	1 016 673,50		0,00	0,00
De perdas por imparidade	505 092,81		0,00	0,00
De provisões	511 580,69		0,00	0,00
Total	80 735 355,19	5 048 379,72	484 983,87	492 896,60

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor da rubrica de provisões é essencialmente correspondente ao montante apurado para fazer face aos riscos existentes de exfluxos de recursos no futuro, associados aos processos judiciais interpostos por terceiros à Câmara Municipal do Funchal, incluindo os

respetivos gastos esperados com juros e custas judiciais. Foi também estimado o valor do encargo esperado com acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor das provisões reconhecidas é o seguinte:

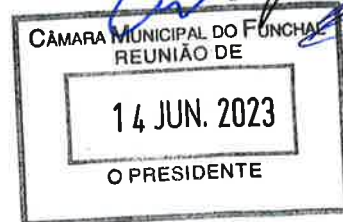
Em 31 de dezembro de 2022, o valor das provisões reconhecidas é o seguinte										
Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Impostos, contribuições e juros de Garantias a clientes	7 953 477,86	2 430 476,62			2 430 476,62		91 323,19		91 323,19	10 292 631,29
Processos judiciais em curso	5 315 586,71	624 487,44			624 487,44		50 000,00		50 000,00	5 890 074,15
Acidentes de trabalho e doenças	269 662,60				0,00		1 211,50		1 211,50	268 451,10
Matérias ambientais										0,00
Contratos onerosos										0,00
Reestruturação e reorganização										0,00
Outras provisões	38 631 374,61	6 081 476,81			6 081 476,81		6 193 250,19		6 193 250,19	38 519 601,23
Total	52 170 101,78	9 136 440,87	0,00	0,00	9 136 440,87	0,00	6 335 784,88	0,00	6 335 784,88	54 970 757,77

De referir que foram solicitados pedidos de informação escrita a todos os mandatários atuais dos processos judiciais.

Conforme referido nas Notas 9 – Imparidade de ativos e 18 – Instrumentos Financeiros foi celebrado com a EEM um acordo referente a um litigio relacionado com a Iluminação Pública e Taxas de Ocupação de Domínio Publico. Deste acordo resultou um reconhecimento de dívida por parte do Município do Funchal que já se encontrava provisionada.

Detalha-se no seguinte quadro a totalidade das provisões de processos judiciais em curso e de outras Provisões:

Nº do Processo	Valor provisionado 31-12-2022
212/13.7BEFUN	3 136 500,61
184/14.0BEFUN	50 000,00
269/14.3BEFUN	18 001,98
274/14.0BEFUN	424 005,43
253/15.0BEFUN	4 543,24
91/10.6BEFUN	305 488,48
26/16.2BEFUN	579 817,15
156/13.2BEFUN	282 133,49
100/20.0BEFUN	10 850,91
1479/20.0T8FUN	16 524,56
105/21.4BEFUN	30 710,78
37/22.9BEFUN	890 669,16
182/20.5BEFUN	12 885,18
129/21.1BEFUN	30 442,20
193/22.6BEFUN	65 500,00
257/22.6BEFUN	5 001,00
6527/22.6T8FNC	7 000,00
307/22.6BEFUN	20 000,00
303/17.5 BEFUN	46 165 294,67
Custas da Autoridade Tributária	412 286,08
Taxa Utilização Recursos Hidricos	2 234 651,77
Total	54 702 306,66



Na rubrica do balanço de "provisões" está incluído ainda o valor de 268.451,10 Euros relativo a pensões vitalícias, conforme o quadro incluído na Nota 19.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais para os quais ainda não existem desenvolvimentos suficientes e/ou que na opinião dos respetivos mandatários, o desfecho deverá ser favorável à Câmara Municipal do Funchal, resumem-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Francisco Gilberto Baptista Caires, BGB - Investimentos Imobiliários, SA e Francaires - Promoção Imobiliária, SA.	166 595,10
William Hinton & Sons, Lda.	306 050,00
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.	83 111,59
Outros processos intentados contra a CMF	22 817 426,12
Total	23 373 182,81

Relativamente ao processo intentado por Francisco Gilberto Baptista Caires, BGB - Investimentos Imobiliários, SA e Francaires - Promoção Imobiliária, SA., o respetivo mandatário menciona que «os Autores pedem a declaração da nulidade do Plano Diretor

Municipal do Funchal ou a sua anulação, e, em consequência, pedem a condenação no pagamento, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais acrescidos de juros de mora, a quantia global de 12 191 646,67€, sendo que o Município neste processo tem elevadas probabilidades de obter ganho de causa. Muito dificilmente existirá no ano de 2023 uma decisão definitiva sobre este processo».

Quanto ao processo intentado por William Hinton & Sons, Lda., foram prestados esclarecimentos em 12/11/2018 e a Câmara Municipal do Funchal veio requerer uma segunda perícia colegial em 26/11/2018. Os peritos requereram prorrogações de prazo para apresentarem o Relatório. Tais prazos de apresentação do Relatório pelos Senhores Peritos, no âmbito da segunda perícia, têm sido sucessivamente prorrogados, mas finalmente apresentaram o respetivo Relatório, com as suas respostas aos quesitos em 12/07/2021 e em 17/12/2021 responderam aos esclarecimentos que tinham sido solicitados. Foi designado o dia 1 de abril de 2022, para inquirição de peritos e testemunhas, que se realizou. Entretanto, a 19-04-2022 a exequente juntou um longo acervo documental, do que o executado só foi notificado em 02-05-2022, tendo-se o Município pronunciado sobre os mesmos, por requerimento de 16-05-2022, procedendo, em simultâneo, à junção de dois documentos.

Em 23-05-2022, o Município (executado) apresentou as suas alegações escritas (artº 91º do CPTA) em que defendeu que nada é devido à exequente. Em 2022-06-02 a exequente apresentou as alegações escritas. Por se entender que as mesmas haviam sido apresentadas, pela exequente, fora de prazo, o Município, em 17-06-2022, requereu o desentranhamento daquela peça processual, ao que a exequente se opôs, por requerimento de 21-06-2022. Aguarda-se, desde então que seja proferida a decisão sobre o desentranhamento requerido bem como a sentença sobre ser, ou não, devida qualquer quantia à exequente e, em caso afirmativo, qual o seu montante. Foi acrescentado pelo mandatário do processo que «não é possível fazer uma estimativa segura quanto ao valor em que o Município venha a ser eventualmente condenado, embora o nosso entendimento, que defendemos no processo, vai no sentido de que não é devida qualquer indemnização, por estar absorvida pelo pagamento feito no processo de expropriação, tanto mais que, para poder prosseguir a presente execução a exequente desistiu do pedido no processo nº181/00, do TAF Funchal».

Os outros processos cujo desfecho provável é favorável à Câmara Municipal do Funchal, constam no ANEXO II das contas individuais do Município.



Ativos contingentes

Os ativos contingentes resumem-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Estimativa de impostos municipais a arrecadar pela AT	7 103 038,75
Garantias bancárias prestadas por terceiros	13 440 987,45
Imposto cobrado pela ARM relativo à taxa fixa constante do seu tarifário	27 333 418,74
Processo contra RAM - entrega de IRS	6 976 111,60
Outros processos intentados pela CMF	1 375 850,02
Total	56 229 406,56

Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, contudo, são relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes. As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, também se enquadram nesta rubrica. Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativos da CMF dado que o seu carácter contingente não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Natureza Ativos Contingentes	Estimativa efeito financeiro
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	3 132 966,20
Imposto Municipal a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	2 907 637,66
Imposto Único de Circulação (IUC)	969 901,20
Contribuição Autárquica (CA)	57 690,75
SISA	34 842,94
Garantias bancárias prestadas por terceiros	13 440 987,45
TOTAL	20 544 026,20

Os ativos contingentes referentes a processos judiciais colocados pela autarquia contra terceiros.

A CMF tem também um processo judicial instaurado contra a ARM, requerendo-se a devolução da taxa fixa paga pelo município em anos anteriores, pelo facto de

consubstanciar um imposto irregular. Este processo totaliza aproximadamente a favor da autarquia certo de 27,3 milhões de euros, sendo que nos termos do SNC-AP, os ativos contingentes não são contabilizados, pelo que não foi efetuado qualquer ajuste ao ativo.

Informação no ANEXO III – Ativos Contingentes das contas individuais do Município do Funchal.

Nota 16 – Efeitos das alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

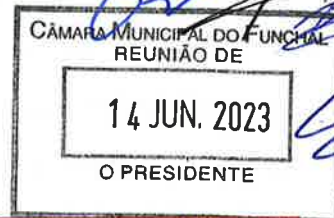
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente documento, não se registaram outros factos relevantes suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

No entanto, em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa e à Bielorrússia, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável, porém, que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição de receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

É, porém, expectável a inflação com os impactos que daí advêm na execução orçamental camarária.

Nota 18 – Instrumentos financeiros



Nota 18.1 – Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Diminuições	Quantia escriturada final
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Cientes, contribuintes e utentes	4 835 385,24	83 893 928,57	9 937 626,85		95 332 422,48	3 334 518,18
Estado	11 215,77	3 855 315,91			3 830 408,66	36 123,02
Participações financeiras - custo						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 961 766,00					1 961 766,00
Outros ativos financeiros						
Adiantamentos Pessoal	7 635,71					7 635,71
Acréscimos de rendimentos	22 619 292,76	48 033 480,18			46 900 072,69	23 752 700,25
Outros devedores	286 546,21	24 057 189,28			24 073 266,70	270 468,79
TOTAL	29 721 841,69	159 839 913,94	9 937 626,85		170 136 170,53	29 363 211,95

18.2 Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final	Aumentos	
					Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Financiamentos obtidos	33 910 931,52	13 829 673,59	8 431 826,86	39 308 778,25		
Financiamentos obtidos corrente	3 972 259,44	4 052 794,57	4 427 218,11	3 597 835,90		
Financiamentos obtidos não corrente	29 938 672,08	9 776 879,02	4 004 608,75	35 710 942,35		
Fornecedores de Investimento	127 100,27	30 644 713,84	30 399 949,99	371 864,12		
Fornecedores de investimentos c/c	60 182,23	15 478 668,59	15 412 184,81	126 666,01		
Faturas em receção e conferência	66 918,04	15 166 045,25	14 987 765,18	245 198,11		
Fornecedores	1 401 581,50	64 003 797,04	60 694 935,40	4 710 443,14		
Fornecedores c/c	1 344 225,71	33 322 874,95	30 209 993,13	4 457 107,53		
Faturas em receção e conferência	57 355,79	30 680 922,09	30 484 942,27	253 335,61		
Fornecedores - sociedades de factoring		680 366,19	680 366,19			
Estados e outros entes públicos	386 582,52	15 932 921,03	15 689 947,74	629 555,81		
Retenção de impostos sobre rendimentos	27 788,38	2 715 473,36	2 529 097,88	214 163,86		
IVA a pagar	161 562,49	3 747 215,77	3 865 012,61	43 765,65		
Outros impostos	9 939,06	10 127,51	24,90	20 041,67		
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	171 666,26	9 435 925,92	9 271 380,60	336 211,58		
Outras tributações	15 626,33	24 178,47	24 431,75	15 373,05		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	81 145,11	4 144 596,50	4 182 591,22	43 150,39		
Outras contas a pagar	13 587 453,60	82 909 852,48	84 231 503,07	12 265 803,01		
Remunerações a pagar	2 582,91	22 919 050,64	22 898 370,89	23 262,66		
Outras operações	11 998,40	305 957,17	315 069,85	2 885,72		
Cauções	387 668,06	13 139 694,57	13 065 106,63	462 256,00		
Acréscimos de gastos	12 926 670,49	23 028 390,77	24 420 930,14	11 534 131,12		
Outros credores	258 533,74	23 516 759,33	23 532 025,56	243 267,51		
TOTAL	49 494 794,52	211 465 554,48	203 630 754,28	57 329 594,72		

Em setembro de 2022 foi celebrado um acordo com a EEM – Empresa da Electricidade Madeira, S.A. na sequência de um entendimento entre as partes relativamente ao diferendo sobre a Iluminação Pública e as taxas devidas pela ocupação do domínio público municipal. Do referido acordo, resultou um reconhecimento de dívida pelo Município do

Funchal e um plano de pagamentos que irá vigorar entre 2023 e 2034 no valor total de 4.092.738,04€. O valor registado na rubrica Fornecedores – não corrente (3.751.676,54€) diz respeito ao valor a pagar pelo Município entre 2024 - 2034. O Valor a pagar em 2023 (341.061,50€) está incluído na rubrica de fornecedores – corrente.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Responsabilidades por benefícios pós-emprego

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

O município contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

Tipo	Valor da Pensão 2022	Data de nascimento	Ano nascimento	Idade	Valor 2022
Pensões Vitalícias	242,20	29/09/1984	1984	38	6 867,70
	6 586,86	14/09/1964	1964	58	142 980,30
	2 620,54	22/03/2000	2000	22	5 189,70
	2 822,26	12/04/1966	1966	56	64 472,79
	1 934,97	07/07/1964	1964	58	36 102,76
	1 718,13	20/05/2006	2006	16	12 837,85
					268 451,10

Este montante encontra-se refletido na rubrica do balanço, no passivo não corrente "Provisões".

A entidade atribui benefícios em empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, entre outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida



de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Descrição	2022	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	450 323,49	337 755,86
Remunerações do pessoal	30 322 381,82	31 937 883,06
Indemnizações	82 748,20	
Encargos sobre remunerações	6 481 078,12	7 297 704,06
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	251 604,81	238 409,12
Outros gastos com o pessoal	667 756,09	620 569,69
Outros encargos sociais	1 573 998,10	1 144 311,68
Total	39 829 890,63	41 576 633,47

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável.

Nota 21 – Interesses em outras entidades

Entidade	Tipo entidade	Morada	Capital Social	Valor do período	Valor de capital subscrito ou equivalente	Data de subscrição	% Controlo	Capital/Fund dos Próprios a 1/1/2022	Resultado Líquido de 2022	Capital/Fund os Próprios a 31/12/2022	Método de contabilização
AMRAM- Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	AMFE-Associação de Municípios de fins específicos	Rua da Mouraria nº44, 46 9000-047 Funchal		14 050,56			12,77				Custo
FAM-Fundo Apoio Municipal	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149-015 Lisboa		0,00	1 961 766,00		0,47				Custo
Associação Nacional Municípios Portugueses*	AM-Associação de Municípios	Praça do Comercio, Ala Oriental		6 161,67							Custo
APMCH-Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	AMFE-Associação de Municípios de fins específicos	Rua do Castelinho nº 17 1º andar 5100-127 Lamego		1 427,00			0,021				Custo
AICE-Asociacion Internacional de Cidades Educadoras*		Arlino 15 4º 08002		1 100,00							Custo
Apel-Associação Editores e Livreiros*	ACU-Associação sem fins lucrativos com utilidade publica	Av. Dos Estados da America nº97 6º Esq 1700-167 Lisboa		138,00							Custo
Liga dos Bombeiros Portugueses-Confederação das Associações e Corpos de Bombeiros*	ACU-Associação sem fins lucrativos com utilidade publica	Largo de São Sebastião, Nº 8 -Paço do Lumiar 1600-435 Lisboa		250,00							Custo
APDA-Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas*		Avenida de Berlim nº15 1800-031 Lisboa		500,00							Custo
APOM- Associação Portuguesa de Museologia*	ACU-Associação sem fins lucrativos com utilidade publica	Casa do Lago-Estrada Fonte da Telha 2070-384 Ponteved		125,00							Custo
ICVM-Instituto Cidades e Vilas com Mobilidade*	ASU- Associação sem fins lucrativos - sem utilidade publica	Rua do Passeio Alegre nº 20 4150-570 Porto		3 000,00							Custo
CLIA-Cruise Lines International Association		1201 F Street NW, Suite 250, Washington, Dc 20004		4 875,45							Custo

* À data da prestação de contas as entidades não disponibilizaram esta informação

Participações Financeiras

Participações Financeiras	2022	2021
Fundo de Apoio Municipal	1 961 766,00	1 961 766,00
Total	1 961 766,00	1 961 766,00

Nota 22 – Relato por segmentos

Não aplicável.

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro

**23.1 Diferimentos:**

Diferimentos	2022	2021
Ativo corrente		
Seguros	40 026,35	39 249,07
Outros materiais de consumo	793 180,49	969 410,04
Outros gastos diferidos	77 556,44	402 672,29
Total	910 763,28	1 411 331,40
Passivo corrente		
Diferimentos	430 739,17	537 676,87
Total	430 739,17	537 676,87

23.2 Património Líquido:

Património Líquido	2022	2021
Património/Capital	845 466 952,19	845 466 952,19
Reservas	1 816 098,02	1 814 761,48
Resultados transitados	9 626 695,78	50 583 547,91
Ajustamentos em ativos financeiros	-	0,00
Outras variações no património líquido	114 570 799,89	112 732 088,52
Resultado líquido do período	6 210 928,58	-40 274 060,25
Total	977 691 474,46	970 323 289,85

23.3 Impostos, contribuições e Taxas

Impostos, contribuições e Taxas	2022	2021
Impostos diretos	20 369 273,03	19 578 053,04
Impostos indiretos	33 378 069,06	20 434 560,93
Taxas, multas e outras penalidades	3 378 404,91	2 997 082,39
Total	57 125 747,00	43 009 696,36

23.4 Vendas

Vendas	2022	2021
Mercadorias	9 004 162,52	7 737 475,91
Produtos acabados e intermédios	920 195,64	1 255 061,94
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	16 528,46	892,67
Total	9 940 886,62	8 993 430,52

23.5 Prestação de Serviços e Concessões

Prestação de Serviços e Concessões	2022	2021
Serviços específicos das autarquias locais	6 768 264,32	5 819 110,78
Vistorias e ensaios	15 011,79	11 546,39
Aluguer de equipamentos	2 515 602,44	5 209 705,36
Arrendamentos	888 113,40	
Outros serviços	4 715 420,06	2 048 964,15
Total	14 902 412,01	13 089 326,68

23.6 Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

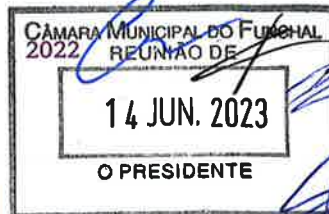
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	2022	2021
FEF	8 935 598,00	9 670 377,00
Fundo Social Municipal (FSM)	2 112 991,00	1 662 250,00
Participação no IRS	6 831 184,00	3 352 199,00
Outras	166 365,92	251,50
Segurança Social	30 923,40	30 923,40
Resto do Mundo	40 570,29	75 861,89
Subsídio de mobilidade	13 199,59	4 851,56
Instituto de emprego	19 300,69	30 794,13
Total	18 150 132,89	14 827 508,48

23.7 Trabalhos para a Própria Entidade

Trabalhos para a Própria Entidade	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	214 554,49	442 489,45
Ativos por gastos diferidos	140 317,92	122 940,23
Total	354 872,41	565 429,68

23.8 Outros Rendimentos

Outros Rendimentos	2022	2021
Ganho em inventários	332,34	0,00
Aplicação do método da equivalência patrimonial	0,00	0,00
Alienações ativos fixos tangíveis	40 450,00	0,00
Sinistros	3 815,12	2 066,79
Outros rendimentos	7 739,06	4 339,81
Correções relativas a períodos anteriores	4 161 322,46	2 599 904,58
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 411 980,22	3 790 786,61
Restituição de impostos	0,00	0,00
Outros não especificados	28 904,06	476 283,50
Total	8 654 543,26	6 873 381,29



23.9 Juros e gastos similares tributados

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2022	2021
Bonificação de juros	9 725,11	4 957,39
Juros obtidos	0,00	
Dividendos obtidos	7,92	1,82
Total	9 733,03	4 959,21

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

23.10 Fornecimento e Serviços Externos

Fornecimento e Serviços Externos	2022	2021
Serviços de transporte	1 288,00	7 069,40
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	0,00	0,00
Outros subcontratos ou concessões	0,00	23 469,36
Trabalhos especializados	1 647 385,88	2 054 377,24
Publicidade, comunicação e imagem	293 013,88	307 054,85
Vigilância e segurança	590 534,92	569 832,56
Honorários	295 164,01	232 590,08
Comissões	1 292 159,95	979 010,08
Conservação e reparação	3 967 080,00	3 189 606,71
Outros serviços especializados	55 218,89	54 236,54
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	750 257,51	737 371,92
Livros e documentação técnica	9 274,80	18 154,69
Material de escritório	179 469,15	130 906,40
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	158 342,83	216 657,95
Material de educação, cultura e recreio	6 332,84	6 248,50
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	454 028,42	406 739,09
Medicamentos e artigos para a saúde	84,35	443,89
Produtos químicos e de laboratórios	22 482,42	15 590,97
Outros materiais diversos de consumo	1 374 105,91	1 133 143,20
Eletricidade	3 464 579,82	3 250 916,11
Combustíveis e lubrificantes	1 208 586,82	1 098 852,54
Água	29 592,29	28 946,17
Deslocações e estadas	126 941,99	98 474,41
Transportes de pessoal	34 117,27	40 177,84
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	114 246,42	179 005,76
Outros	366,00	2 988,43
Rendas e alugueres	1 146 826,77	1 404 949,88
Comunicação	468 132,22	497 196,47
Seguros	157 492,81	164 447,45
Contencioso e notariado	84 515,88	495 444,91
Despesas de representação dos serviços	83,75	1 894,37
Limpeza, higiene e conforto	2 241 158,16	1 843 098,12
Outros serviços	1 300 751,26	1 375 171,34
Total	21 473 615,22	20 564 067,23

**23.11 Transferências e subsídios concedidos**

Transferências e subsídios concedidos	2022	2021
Freguesias - Correntes	1 422 830,76	1 700 357,43
Freguesias - Capital	280 289,36	
Empresas Locais		
Instituições sem Fins Lucrativos	1 480 816,27	1 440 689,22
Famílias	2 383 823,52	2 112 888,13
Sociedades e quase sociedades não financeiras	150 977,48	1 050 616,30
Outros	54 952,95	39 106,26
Total	5 773 690,34	6 343 657,34

23.12 Prestações sociais - PER Famílias

Prestações sociais - PER Famílias	2022	2021
ALOJAMENTO_ARRENDAMENTO	1 266 936,89	1 236 822,28
SAUDE E ALIMENTAÇÃO	1 503 839,59	1 240 623,39
NATALIDADE	156 755,54	168 603,08
CRECHE E JARDIM INFANCIA	128 190,00	96 275,00
LIVROS E MATERIAL ESCOLAR	247 812,02	243 365,35
Total	3 303 534,04	2 985 689,10

23.13 Outros Gastos

Outros Gastos	2022	2021
Impostos indiretos	1 122,19	1 502,49
Taxas	8 061,15	1 532,38
Aguas	12 089,38	571,63
Resíduos	3 275,91	193,13
Perdas em inventários	60 140,41	
Abates em investimentos não financeiros	79 035,08	77 199,90
Correções relativas a períodos anteriores	613 010,77	1 794 966,18
Quotizações	30 289,68	25 834,36
Outros	843 807,57	329 964,52
Total	1 650 832,14	2 231 764,59

23.14 Gastos por juros e outros encargos

Gastos por juros e outros encargos	2022	2021
Juros de financiamento obtidos	442 879,44	426 716,27
Juros de locação financeira e concessões	0,00	6179,8
Juros tributários	0,00	2071,07
Juros de mora	0,00	
Outros juros	0,00	
Outros encargos	87,56	
Total	442 967,00	434 967,14

23.15 Outras informações

Transferências financeiras previstas no artigo 40.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto

Tipo	Entidade participante		Montante	Data	Observações
	Denominação	NIPC			
Deliberação Câmara	FRENTE MARFUNCHAL, E.M.	51 1233744	577 032,01	23/06/2022	Cobertura de resultado líquido antes de impostos negativo

Entidades relevantes para a dívida total

ENTIDADES	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte	Total Passivo
Empresas locais				
FRENTE MARFUNCHAL - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, E DE ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS URBANOS DO FUNCHAL, E.M.	829 703,54	0,00	100%	829 703,54
SOCIOHABITAFUNCHAL - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E.M.	339 449,57	0,00	100%	339 449,57
TOTAL				1 169 153,11

Contabilidade de Gestão

A NCP 27 estabelece os princípios e requisitos mínimos para o desenvolvimento do subsistema de contabilidade de gestão com vista à divulgação dos rendimentos, gastos e resultados.

A contabilidade de gestão destina -se a produzir informação relevante e analítica sobre custos e sempre que se justifique sobre os rendimentos e resultados para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

Apesar da contabilidade de gestão encontrar-se ainda numa fase inicial da sua implementação, esta informação consta do ponto 1 do presente documento.



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES DE AUDITORIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL AO ANO 2022

De acordo com as disposições legais aplicáveis e recomendação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Revisor Oficial de Contas apenas emite a Certificação Legal de Contas após aprovação da Prestação de Contas consolidadas pelo órgão executivo, para envio ao órgão deliberativo.

Contudo e porque consideramos importante o órgão executivo conhecer as conclusões da auditoria, que irão constar na Certificação Legal de Contas, apresentamos em anexo o texto que nela irá constar, se a prestação de contas que vos foi remetida for aprovada e nos for remetida a Declaração do Órgão de Gestão.

Montijo, 1 de junho de 2023

Assinado por: **António Manuel Corrêa de Sousa
Fortunato**
Num. de Identificação: 02181400
Data: 2023.06.01 11:26:14+01'00'

António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda.

Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Câmara Municipal do Funchal** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.090.422.566,12 euros e um total de património líquido de 977.691.474,46 euros, incluindo um resultado líquido de 6.210.928,58 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a nossa opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal do Funchal** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Os Ativos Fixos Tangíveis do Município do Funchal (bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações ao longo dos anos. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido e que incluiu a avaliação das infraestruturas do domínio público por empresa externa e a mensuração de bens do domínio privado pelo seu valor tributário, o processo de inventariação e de adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia de plenitude e da correta valorização destes ativos, constituindo uma limitação de âmbito. A IPSAS 33, por via 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, prevê um período de transição após a adoção de referencial em SNC- AP de três anos, pelo que a implementação desta norma de contabilidade pública não foi atingida em 2022, que era o último ano para completar a transição.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfase

O Município do Funchal reconhece em provisões o montante total de 54.970.757,77 euros, que inclui 38.519.601,23 em outras provisões, 10.292.631,29 euros referentes a impostos, taxas, contribuições e juros de mora, 5.890.074,15 euros para processos judiciais em curso e 268.451,10 euros relativos a acidentes de trabalho e doenças profissionais. O total peticionado (sem juros e custas) em processos judiciais sujeitos a provisão é de 47.950.435,79 euros. As outras provisões incluem o montante de 36.013.625,77 euros para potenciais encargos com a empresa Águas e Resíduos da Madeira por faturação não aceite. As divulgações referentes a provisões encontram-se efetuadas na nota 15 do anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas, sendo que as asserções relativas à necessidade de constituição de provisões são baseadas nas informações remetidas pelos advogados da autarquia.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo o SNC-AP;
- elaboração do *relatório e contas* nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração do desempenho orçamental consolidado, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 124.849.286,89 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 104.921.947,95 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP.

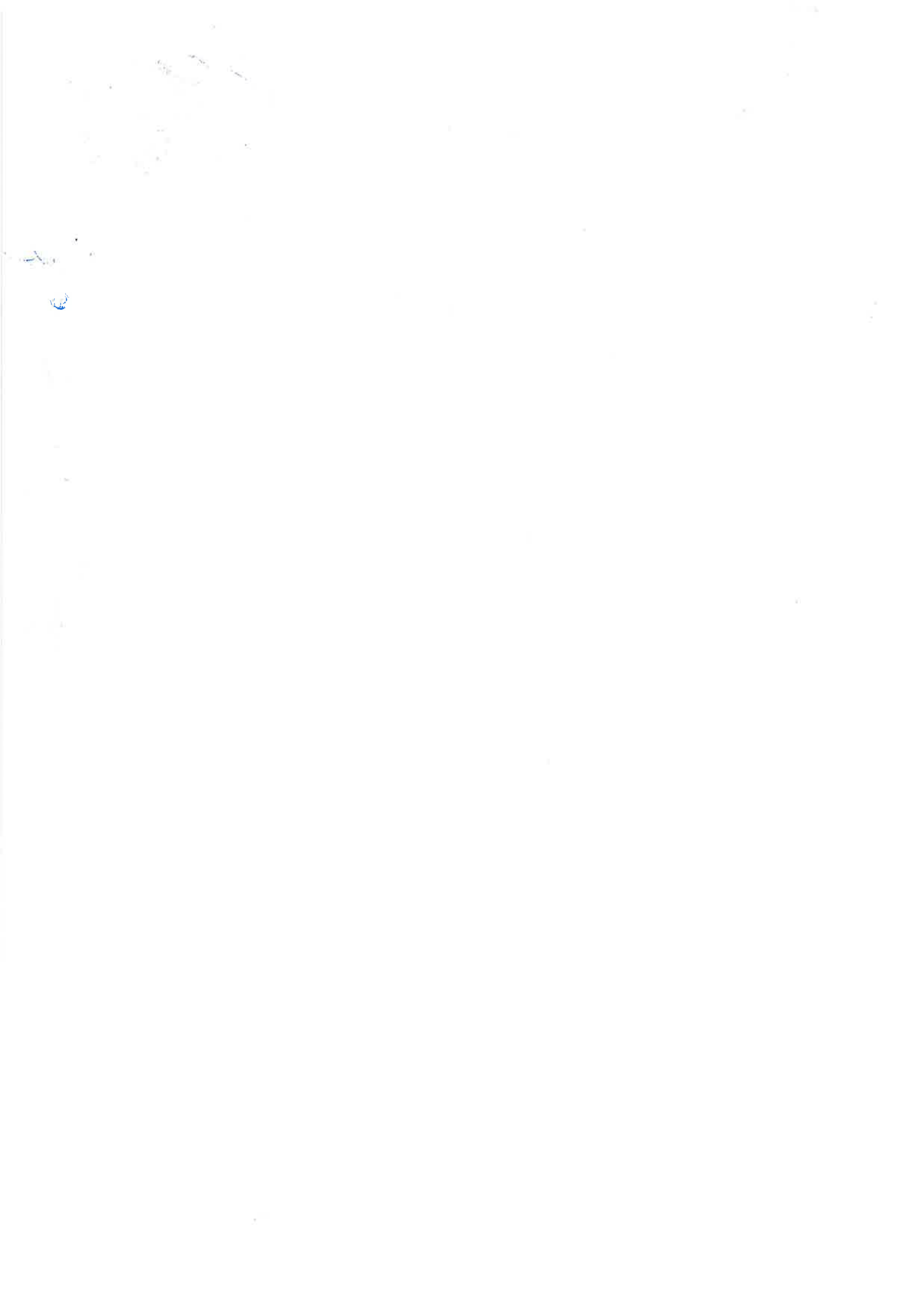
Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 1 de junho de 2023

António Fortunato & Leiria Duarte - SROC, LDA.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato (ROC nº 887)



[Handwritten signature]

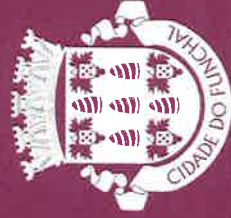
CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
REUNIÃO DE
14 JUN. 2023
O PRESIDENTE

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PÔR O FUNCHAL
SEMPRE À FRENTE

